Poder Judiciário

Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho - 13ª Região

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008

JOÃO PESSOA/PB

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

JUIZ PRESIDENTE E CORREGEDOR

EDVALDO DE ANDRADE

JUIZ VICE-PRESIDENTE E OUVIDOR

PAULO AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS FILHO

JUÍZES

VICENTE VANDERLEI NOGUEIRA DE BRITO

ANA MARIA FERREIRA MADRUGA

FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO E SILVA

AFRÂNIO NEVES DE MELO

ANA CLARA DE JESUS MAROJA NÓBREGA

CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE

CARGOS DE DIREÇÃO

DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA
ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
MARCÔNIO ALBUQUERQUE MADRUGA

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO
VLADIMIR AZEVEDO DE MELLO

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
OZANETE GONDIM GUEDES PEREIRA

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
JOSÉ VIEIRA NETO

ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA
NARA DE MARIA JUREMA LIMA

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
SAMUEL VON LAER DE NORAT

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
CAIO GERALDO BARROS PESSOA DE SOUZA

SECRETARIA DA CORREGEDORIA
ARYOSWALDO JOSÉ BRITOESPINOLA

SECRETARIA ADMINISTRATIVA
ANDERSON ANTÔNIO PIMENTEL

SECRETARIA JUDICIÁRIA
MARIA EVANISE JUREMA LIMA

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
CARLOS ALBERTO VIEIRA DE MELO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
LEONARDO GUEDES PEREIRA

SECRETARIA DE INFORMÁTICA
MAX FREDERICO FEITOSA GUEDES PEREIRA

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL
MAURÍCIO BARBOSA DE LIRA

SERVIÇOS GERAIS
BALTAZAR PEQUENO

SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
GERMANO GUEDES PEREIRA

SERVIÇO DE SAÚDE
MAURÍCIO COUTINHO CUNHA

SERVIÇO DE EXPEDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PRECATÓRIOS
CARLOS FREDERICO ROCHA PEDROSA

SERVIÇO DE RECURSOS
SUZANA OLÍMPIO SOUTO MAIOR DE AMORIM

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO
WALTER CAVALCANTI DE AZEVEDO

SERVIÇO DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL
LUIZA MARIA MOTA SHULER DE LUCENA

Sumário

APRESENTAÇÃO....8
1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA....10
1.1- Nome Completo e Oficial do Órgão....10
1.2 - Número do CNPJ/MF....10
1.3 - Natureza Jurídica....10
1.4 - Vinculação 10
1.5 - Endereço Completo da Sede 10
1.6 - Endereço da Página institucional na Internet....10
1.7 – Código e nome do órgão, da unidade gestora e gestão no Siafi....11
1.8 - Normas de criação e finalidade da unidade jurisdicionada....11
1.9 - Normas que estabelecem a estrutura Orgânica da Gestão....12
1.10 – Regimento Interno e Regulamento Geral de Secretaria....12
1.11 Função de governo....12
1.12 Tipo de atividade e situação da unidade....12
2 – OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PROGRAMÁTICAS....13
2.1 Identificação dos programas governamentais registrados no SIGPLAN e identificação das ações administrativas do plano de ação do período de que tratam as contas;....14
2.1.1 PROGRAMA 0089 – Previdência de inativos e pensionistas 14
2.1.1.1 Objetivo Geral....14
2.1.1.2 Metas físicas e financeiras prevista na Lei Orçamentária....14
2.1.1.3 Metas físicas e financeiras realizadas....14
2.1.1.4 Avaliação do resultado....14
2.1.2 PROGRAMA 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista 15
2.1.2.1 Programa: 02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (Despesas com Pessoal Ativo e Encargos Sociais)....15
2.1.2.2 Programa: 02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (Administração da Unidade)....15
2.1.2.2.1 Objetivo Geral....16
2.1.2.2.2 Metas físicas e financeiras prevista na Lei Orçamentária....16
2.1.2.2.3 Metas físicas e financeiras realizadas....16
2.1.2.2.4 Avaliação do resultado....17
Área judiciária....17
Infra-estrutura/Apoio logístico....33
Tecnologia da Informação:....38
2.1.2.3 Programa: 02.128.0571.4091.0001 - Capacitação de Recursos Humanos....44
2.1.2.3.1 Objetivo Geral....44
2.1.2.3.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária....44
2.1.2.3.3 Metas físicas e financeiras realizadas....44
2.1.2.3.4 Avaliação do resultado....44
2.1.2.4 Programa: 02.306.0571.2012.0001 - Auxílio Alimentação....54
2.1.2.4.1 Objetivo Geral....54
2.1.2.4.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária....54
2.1.2.2.3 Metas físicas e financeiras realizadas....54
2.1.2.2.4 Avaliação do resultado....55
2.1.2.5 Programa: 02.331.0571.2011.0001 - Auxílio Transporte....55
2.1.2.5.1 Objetivo Geral....55

2.1.2.5.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária.....55
2.1.2.5.3 Metas físicas e financeiras realizadas.....55
2.1.2.5.4 Avaliação do resultado.....56
2.1.2.6 Programa: 02.365.0571.2010.0001 - Assistência Pré-escolar.....56
2.1.2.6.1 Objetivo Geral.....56
2.1.2.6.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária.....56
2.1.2.6.3 Metas físicas e financeiras realizadas.....56
2.1.2.6.4 Avaliação do resultado.....56
2.1.2.7 Programa: 02.061.0571.4224.0025 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.....57
2.1.2.7.1 Objetivo Geral.....57
2.1.2.7.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária.....57
2.1.2.7.3 Metas físicas e financeiras realizadas.....57
2.1.2.7.4 Avaliação do resultado.....58
2.1.2.8 Programa: 02.301.0571.2004.0001 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores.....58
2.1.2.8.1 Objetivo Geral.....58
2.1.2.8.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária.....59
2.1.2.8.3 Metas físicas e financeiras realizadas.....59
2.1.2.8.4 Avaliação do resultado.....59
2.1.2.9 Programa: 02.122.0571.1P66.0001 - Modernização de Instalações da Justiça do Trabalho.....59
2.1.2.9.1 Objetivo Geral.....60
2.1.2.9.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária.....60
2.1.2.9.3 Metas físicas e financeiras realizadas.....60
2.1.2.9.4 Avaliação do resultado.....61
2.1.2.10 Programa: 02.122.0571.10WT.0025 - Construção do Fórum Trabalhista em João Pessoa.....61
2.1.2.10.1 Objetivo Geral.....61
2.1.2.10.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária.....62
2.1.2.10.3 Metas físicas e financeiras realizadas.....62
2.1.3 Programa: 28.846.0901.0005.0001 - Sentenças Judiciais.....62
2.1.3.1 Objetivo Geral.....62
2.1.3.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária.....63
2.1.3.3 Metas físicas e financeiras realizadas.....63
2.1.3.4 Avaliação do resultado.....63
2.1.4 Programa: 02.122.0571.1b02.0020 – Modernização do Edifício de apoio do TRT.....63
2.1.4.1 Objetivo Geral.....63
2.1.4.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária.....63
2.1.4.3 Metas físicas e financeiras realizadas.....63
2.1.4.4 Avaliação do resultado.....63
2.1.5 Programa: 02.126.0571.5093.0001 - Implantação do Sistema Integrado de Gestão Nacional 64
2.1.5.1 Objetivo Geral.....64
2.1.5.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária.....64
2.1.5.3 Metas físicas e financeiras realizadas.....64
2.1.5.4 Avaliação do resultado.....64
3 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....65
4 - Informações sobre Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....65
5 - Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres.....65
6 - Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas.....71

7 - Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos 71
8 - Demonstrativo sintético dos valores gastos com cartões de crédito.....71
9 - Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às recomendações do órgão ou unidade de controle interno.....72
10 - Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU.....72
11 - Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão.....73
12 - Demonstrativo relacionando às dispensas de instauração de Tomadas de Contas Especiais e as Tomadas de Contas Especiais.....73
13 -Outras informações consideradas relevantes.....75
8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....76

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem o objetivo de apresentar documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial relativos à gestão dos responsáveis pelo TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO – TRT 13ª REGIÃO, no exercício financeiro de 2008 e foi elaborado em obediência aos Atos normativos expedidos pelo Tribunal de Contas da União, notadamente, a Instrução Normativa n. 57, de 27 de agosto de 2008, Decisão Normativa TCU n. 93, de 03 de dezembro de 2008.

Este relatório está organizado de forma a possibilitar a visão sistêmica da conformidade e do desempenho da gestão da Unidade Gestora 080005, bem como a legalidade, legitimidade e economicidade da gestão em relação aos padrões normativos e operacionais, expressos nas normas e regulamentos aplicáveis.

Oportuno destacar que no exercício de 2008 a presidência do TRT da 13ª Região foi exercida pela Exma. Sra. Juíza ANA CLARA DE JESUS MAROJA NÓBREGA e a Vice-Presidência foi exercida pelo Exmo. Sr. Juiz Edvaldo de Andrade.

João Pessoa, 28 de abril de 2009.

EDVALDO DE ANDRADE

Presidente

ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA
Diretor Geral

Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região

MISSÃO

Distribuir justiça com ética, eficiência e celeridade, interagindo com a sociedade na busca constante da cidadania e da paz social.

VISÃO

Firmar-se, na solução das lides trabalhistas, como referencial de excelência perante a sociedade, com uma justiça célere, modernizada e eficiente.

VALORES

Ética, Eficiência, Justiça, Celeridade, Modernidade.

1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

1.1- Nome Completo e Oficial do Órgão

- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

1.2 - Número do CNPJ/MF

- 02.658.544/0001-70

1.3 - Natureza Jurídica

- ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DA UNIÃO

1.4 - Vinculação

- TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

1.5 - Endereço Completo da Sede

Av. Corálio Soares de Oliveira, s/nº - Centro

CEP: 58.013-260 - João Pessoa - PB

FONES: (83) 3533 – 6018/6020/6021

FAX: (83) 3533 - 6019

email: gdg@trt13.jus.br

1.6 - Endereço da Página institucional na Internet

www.trt13.jus.br

1.7 – Código e nome do órgão, da unidade gestora e gestão no Siafi

- Unidade Gestora: 080005
- Gestão: 00001
- Órgão: 15114

1.8 - Normas de criação e finalidade da unidade jurisdicionada

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região foi criado através da Lei Federal nº 7.324, de 18 de junho de 1985, desmembrando-se da 6ª Região (Pernambuco), com sede em João Pessoa-PB e jurisdição inicial nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.

Com a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, no Rio Grande do Norte, pela Lei nº 8.215, de 25 de julho de 1991, a região compreendida por aquele Estado foi retirada da jurisdição do TRT da 13ª Região. Atualmente, no Regional encontram-se instaladas vinte e sete 27 (vinte e sete) Varas do Trabalho, distribuídas da seguinte forma: 09 (nove) na Capital, 05 (cinco) na cidade de Campina Grande, 02 (duas) na cidade de Santa Rita e 01 (uma) nas cidades de Cajazeiras, Sousa, Itaporanga, Catolé do Rocha, Patos, Monteiro, Picuí, Areia, Guarabira, Itabaiana e Mamanguape.

O Regimento Interno desta Corte de Justiça especializada trata da disposição e da sua competência, regulando o processamento dos feitos que lhe são atribuídos pela Constituição Federal, pela legislação ordinária em vigor, bem como enumera e disciplina a formação e funcionamento de seus órgãos e serviços.

Na Justiça do Trabalho da 13ª Região o Regulamento Geral de Secretaria, fixa a competência das unidades administrativas de sua Secretaria, dispõe sobre as atribuições dos Cargos e Funções Comissionadas, sobre o pessoal efetivo e seu regime jurídico e estabelece a organização dos demais serviços auxiliares.

1.9 - Normas que estabelecem a estrutura Orgânica da Gestão

- Regimento Interno

- Regulamento Geral de Secretaria

1.10 – Regimento Interno e Regulamento Geral de Secretaria

- Regimento Interno – editado pela Resolução Administrativa nº 075/2001 - Ata da Sessão Administrativa nº 09/2001 – e publicado no Diário da Justiça do Estado da Paraíba em 16/05/2001; alterado em conformidade com as seguintes Emendas Regimentais: Resolução Administrativa TRT – PB nº 222/2004, publicada no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 24/02/2005; Resoluções Administrativas TRT – PB nºs 094, 095 e 096/2006, publicadas no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 26/10/2006; Resolução Administrativa TRT – PB nº 082/2007, publicada no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 09/11/2007, e republicada por incorreção no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 18/01/2008; e, atualizado pela Resolução Administrativa nº 088/2008, publicada no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 17/11/2008.

- Regulamento Geral de Secretaria – editado pela Resolução Administrativa nº 181/2001, publicado no Diário da Justiça do Estado da Paraíba em 02/11/2001; alterado pela Resolução Administrativa TRT-PB nº 051/2005, publicada no Diário da Justiça do Estado da Paraíba em 15/03/2005.

1.11 Função de governo

- PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

1.12 Tipo de atividade e situação da unidade

Tipo de atividade – Jurisdicional

Situação da unidade – Em funcionamento

2 – OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PROGRAMÁTICAS

Ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, foram alocadas dotações orçamentárias nos Programas 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista.

Dentro destes Programas foram alocadas diversas ações que por determinação legal podem ou não possuir metas que permitam a mensuração dos seus objetivos.

Este relatório identifica os programas de trabalho alocados ao TRT da 13ª Região, seus objetivos, gerais e específicos, e beneficiários. Apresenta, ainda, uma análise do resultado, indicando causas do sucesso ou do seu insucesso, indicadores ou parâmetros utilizados na avaliação, as metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária Anual e as realizadas.

O orçamento do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, relativo ao exercício de 2008, apresentou dotação de R$ 250.399.503,45 e foi executado, em observância às normas legais e regimentais atinentes à especie, culminando com uma despesa líquida de R$ 248.505.963,52, correspondendo a 99,2438% da dotação disponível para execução, conforme demonstrativos que seguem.

TOTAL GERAL DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	SALDO	% UTILIZADA
TOTAL GERAL		250.399.503,45	248.505.963,52				99,2438%

2.1 Identificação dos programas governamentais registrados no SIGPLAN e identificação das ações administrativas do plano de ação do período de que tratam as contas;

2.1.1 PROGRAMA 0089 – Previdência de inativos e pensionistas

O detalhamento das despesas relacionadas a essa ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela abaixo.

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	SALDO	% UTILIZADA
319001	INATIVOS	21.766.511,00	21.766.511,00	0,00		0,00	100,00%
TOTAL		**21.766.511,00**	**21.766.511,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100,00%**

PROGRAMA 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS			
Pagamento de Aposentadorias e Pensões			
Unidade Medida	Meta prevista	Meta Realizada	% de Realização
Pessoas Beneficiadas	190	186	97,86

2.1.1.1 Objetivo Geral

Constitui objetivo deste programa assegurar a manutenção sócio-econômica a que legalmente faz jus os servidores inativos e pensionistas.

As aposentadorias e pensões relativas a 2008 foram concedidas de acordo com a legislação em vigor.

2.1.1.2 Metas físicas e financeiras prevista na Lei Orçamentária

A meta física prevista na Lei Orçamentária Anual para este programa foi 190 beneficiários, para uma dotação inicial de R$ 21.766.511,00 (vinte e um milhões, setecentos e sessenta e seis mil quinhentos e onze reias).

2.1.1.3 Metas físicas e financeiras realizadas

Observando as características próprias da ação, o exercício de 2008 finalizou com um total de 186 pessoas beneficiadas, correspondendo a 97,89% da meta prevista, sendo realizada 100% das dotações destinadas para este programa.

O não atingimento da meta física decorreu da não materialização dos pedidos de inativação, previstos para o exercício.

2.1.1.4 Avaliação do resultado

Embora a meta do presente programa tenha sido satisfeita plenamente, importa registrar que o TRT ainda não dispõe de ferramenta de aferição dos resultados obtidos.

2.1.2 PROGRAMA 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista

O Programa Prestação Jurisdicional Trabalhista tem como objetivo o processamento e julgamento das ações decorrentes das relações trabalhistas, objetivo maior desta Justiça Especializada.

O referido Programa contou no exercício de 2008 com 09 ações orçamentárias as quais estão demonstradas na tabela a seguir com as suas respectivas metas físicas:

COD.	PROGRAMA 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	Unidade Medida	Meta prevista	Meta Realizada	% de Realização
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOA ASSISTIDA	91	166	182,42
4256	APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	32.997	26.826	81,30
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	1.007	343	34,06
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES	PESSOA BENEFÍCIADA	3.100	2.875	92,74
2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES	SERVIDOR ATENDIDO	1.095	1.029	93,97
2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES	SERVIDOR ATENDIDO	8	8	100,00
1B02	AMPLIAÇÃO DO ED. DE APOIO DO TRT 13ª REGIÃO	%	100	64	63,64
10WT	CONSTRUÇÃO DO FORUM TRABALHISTA DA CIDADE DE JOÃO PESSOA	%	13	0	-
2010	ASSISTENCIA PRE ESCOLAR AOS DEPENDENTES	CRIANÇA ATENDIDA	310	181	58,39

Ante a necessidade de clareza deste relatório, estão descritas a seguir, por programa, cada uma das ações com as suas principais realizações.

2.1.2.1 Programa: 02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (Despesas com Pessoal Ativo e Encargos Sociais)

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	SALDO	% UTILIZADA
319000	DESPESA DE PESSOAL ATIVO	169.880.703,00	169.880.703,00	0,00		0,00	100,00%
319113	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	32.917.000,00	32.917.000,00	0,00		0,00	100,00%
TOTAL		**202.797.703,00**	**202.797.703,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100,00%**

2.1.2.2 Programa: 02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (Administração da Unidade)

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	RAP.	% UTILIZADA
339000	CUSTEIO	9.079.709,00	8.476.663,13	0,00		603.045,87	93,3583%
449000	PERMANENTE	1.590.502,00	1.543.756,82	0,00		46.745,18	97,0610%
TOTAL		**10.670.211,00**	**10.020.419,95**	**0,00**	**0,00**	**649.791,05**	**93,9102%**

PROGRAMA 4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho			
Pagamento de Aposentadorias e Pensões			
Unidade Medida	Meta prevista	Meta Realizada	% de Realização
PROCESSOS JULGADOS	32.997	26.826	81,30

2.1.2.2.1 Objetivo Geral

Constitui objetivo deste programa administrar as despesas concernentes ao Pessoal Ativo e Encargos Sociais, bem como como administrar os encargos da administração geral no desenvolvimento das atividades judicias.

Também engloba as atividades relacionadas à frota de veículos do Regional além das relativas à conservação e preparação dos bens imóveis próprios da União , cedido ou alugados, além de proporcionar proporcionar aos diferentes setores do órgão recursos computacional capaz de apoiar eficazmente o trabalho de análise,processamento, acompanhamento e avaliação das ações necessárias à viabilização das atividades fins dos setores.

Sua finalidade consiste em executar as despesas normais com aquisição de material de consumo, material permanente e contratação de serviços de terceiros, tais como: despesas com contrato de manutenção de máquinas e equipamentos, concessão de diárias, aquisição de passagens aéreas, combustíveis, licenciamento e seguros dos veículos da frota deste tribunal, aquisição de novos vei´culos de serviços, conservação do edifício sede deste regional e dos demais prédios onde estão instaladas as varas trabalhistas jurisdicionadas, como também valores para suprir despesas de pequeno vulto.

2.1.2.2.2 Metas físicas e financeiras prevista na Lei Orçamentária

A meta física prevista na Lei Orçamentária Anual para este programa foi 32.997 processos julgados, para uma dotação inicial de R$ 169.880.703,00 (cento e sessenta e nove milhões, oitocentos e oitenta mil e setecentos e três reais), destinadas às despesas com pessoal ativo e de R$ 32.917.000,00 (trinta e dois milhões, novecentos e dezessete mil reais) alocadas para o cumprimento das obrigações patronais, totalizando R$ 202.797.703,00 (duzentos e dois milhões, setecentos e noventa e sete mil e setecentos e três reais).

No que concerne aos encargos da administração geral no desenvolvimento das atividades judiciais, foram alocados recursos na ordem de R$ 9.079.709,00 (nove milhões, setenta e nove mil e setecentos e nove reais), destinada à rubrica de custeio, e R$ 1.590.502,00 (um milhão, quinhentos e noventa mil, quinhentos e dois reais), para despesas de capital, totalizando R$ 10.670.211,00 (dez milhões, seiscentos e setenta mil e duzentos e onze reais).

2.1.2.2.3 Metas físicas e financeiras realizadas

No exercício sob relato, as dotações referentes às despesas com pessoal ativo, bem como aquelas destinadas o cumprimento das obrigações patronais foram 100% realizadas.

Já as concernentes aos encargos da administração geral no desenvolvimento das atividades judiciais foram utilizadas 93,9102%, assim divididas: 93,3583% das verbas destinadas ao custeio e 97,0610% daquelas referentes a bens permanentes.

Quanto às metas físicas foram registradas no SIGPLAN 26.826 processos julgados, correspondendo a 81,30% da meta estabelecida para o exercício sob relato, cabendo fazer uma avaliação mais pormenorizada da avaliação dos resultados obtidos.

2.1.2.2.4 Avaliação do resultado

Área judiciária

O ano de 2008 foi marcado pelo pioneirismo e consolidação do processo eletrônico na 13ª Região, sobrepondo-se às expectativas de êxito operacional, quer no campo jurídico quer no administrativo.

Com efeito, os trabalhos desenvolvidos, visando a padronização das atividades jurisdicionais e preparação das Varas do Trabalho para implantação da nova sistemática tecnológica, pautaram-se pelas bases definidas pela gestão anterior, quais sejam a informatização, transparência, efetividade e valorização da coletividade funcional, dando continuidade ao processo irreversível, já instalado nesta Corte, de virtualização integral da Justiça do Trabalho, concatenando-se com o disposto na Instrução Normativa nº 30, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que regulamentou a aplicabilidade da Lei Nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, pelos Tribunais Regionais do Trabalho.

Tais diretrizes, atreladas ao comprometimento da direção, magistrados e servidores do Tribunal e das Varas do Trabalho nesse sentido, propiciaram notada melhoria no atendimento ao público em geral, tornando esta Justiça Especializada mais acessível ao cidadão, mais ágil e com maior resolutividade, elementos permanentemente integrantes do perfil institucional, associados a outros atributos de valor para a sociedade, como a responsabilidade social e ambiental, imparcialidade, ética e probidade.

Os números, reproduzidos nos anexos que se seguirão, demonstram que, muito embora não tenha havido, em relação ao ano de 2007, um aumento significativo no quantitativo de demandas ajuizadas, houve considerável acréscimo de créditos recebidos pelos reclamantes/exequentes, num menor espaço de tempo, em face da razoável duração do processo, conquistada pela otimização do trâmite processual, com a adoção de rotinas simplificadas e tecnologicamente empregadas, bem como a efetividade na entrega da prestação jurisdicional.

Todavia, não podemos deixar de registrar que os resultados favoráveis alcançados são fruto da política de modernização do aparelho judiciário, em especial, a disponibilização dos recursos da tecnologia da informação, voltados à completa virtualização processual, e do treinamento e capacitação de servidores, responsáveis pelo manuseio direto das novas ferramentas tecnológicas, além da adoção de medidas inovadoras, administrativas e judiciárias, para agilizar os julgamentos e a execução das sentenças e acordos trabalhistas.

As quais, destacamos:

➢O PRECATÓRIO ELETRÔNICO

Implantado no mês de março de 2008, através do Provimento TRT SCR Nº 001/2008, instituiu o processamento eletrônico do Requisitório de Precatório e Requisitório de Pequeno Valor contra a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, tendo por fim imprimir maior celeridade e eficácia, na tramitação de processos/precatórios.

Com a implementação dessa nova sistemática, o tempo médio entre o ofício requisitório do Juízo de Origem até a expedição do Precatório diminuiu de 60 (sessenta) para 20 (vinte) dias, o que aumentou significativamente o número de precatórios expedidos, além de reduzir os custos e facilitar a vida dos jurisdicionados.

➢A CARTA PRECATÓRIA DIGITAL

Dada a público em março de 2008, por intermédio do Provimento TRT SCR Nº 002/2008 (já prevista no Provimento SCR TRT Nº 004/2006), regulamenta os procedimentos relativos à utilização do Sistema Unificado de Acompanhamento Processual - SUAP, para processamento de Cartas Precatórias em meio eletrônico no âmbito da 13ª Região

O referido sistema permite que as Cartas Precatórias expedidas, dentro da 13ª Região, tramitem por meio do SUAP, em procedimentos totalmente eletrônicos, sem a impressão de nenhuma peça processual, com a utilização da assinatura digital.

➢O PROJETO ARREMATAR

O projeto arrematar, cujo reiterado sucesso é de domínio público, que tem como objeto a venda, via modalidade leilão, de bens móveis e imóveis penhorados para o pagamento de dívidas trabalhistas, foi também alcançado pelo incremento tecnológico, com a realização de leilão pela *internet*, em novembro de 2008, possibilitando que os usuários e possíveis arrematantes cadastrados no endereço eletrônico do TRT, possam acessar as fotos da maioria dos bens disponibilizados, bem como ofertar lances com as mesmas condições dos que estejam presencialmente no Fórum Trabalhista de João Pessoa.

Na primeira edição do mencionado projeto no exercício anterior, efetivada no mês de maio, foram levados à respectiva hasta pública 374 (trezentos e setenta e quatro) processos, dos quais 159 (cento e cinquenta e nove) lotes foram arrematados, gerando uma arrecadação de R$ 3.158.243,00 (três milhões, cento e cinquenta e oito mil, duzentos e quarenta e três reais).

No último mega-leilão deste Regional, foram levados à hasta pública bens penhorados em 356 (trezentos e cinquenta e seis) processos, oportunidade em que se arrecadou o montante de R$ 3.946.747,70 (três milhões, novecentos e quarenta e seis mil, setecentos e quarenta e sete reais e setenta centavos).

Importante registrar que este projeto, além de resolver as pendências dos processos, mediante a venda dos bens penhorados, induz à espontânea quitação da dívida ou a sua conciliação.

Como dados concretos, nesta última versão, dos 356 (trezentos e cinquenta e seis) processos envolvidos, 96 (noventa e seis) foram retirados antes do leilão, por terem sido pagos ou conciliados.

➢O PROJETO CONCILIAR

Criado pelo ATO TRT/13ª GP Nº 021/2005, é o principal exemplo da posição de vanguarda deste Regional, no que diz respeito à efetividade do processo e na entrega da prestação jurisdicional, tendo por escopo viabilizar a negociação entre empregados e empregadores, incluindo em pauta processos em que as partes demonstrem interesse em por fim ao litígio mediante acordo judicial.

Partindo da premissa de ser o meio jurídico menos gravoso para solucionar às demandas trabalhistas, coadunando-se, assim, com o clamor da sociedade por celeridade e eficácia nas decisões, trata-se de iniciativa já consagrada, nacionalmente, considerando que o Conselho Nacional de Justiça lançou, pouco tempo depois, projeto da mesma natureza e finalidade: o “Projeto Conciliar é Legal”.

O conciliar se traduz em mais um mecanismo utilizado por este Regional, com a intenção de imprimir maior rapidez na solução dos conflitos entre capital e trabalho, que é a própria razão de existir da instituição.

Suas realizações possuem calendário pré-fixado, sendo excelentes oportunidades de conciliar precatórios vencidos e a vencer dos entes públicos (Estado e Municípios) e processos em execução, já que a Administração deste Regional, sem solução de continuidade, não mede esforços para se alcançar números cada vez mais auspiciosos no projeto em questão, pondo à disposição da sociedade e dos jurisdicionados toda a estrutura física e instrumental da Justiça do Trabalho, inclusive o total engajamento de magistrados e servidores com esse propósito.

No mês de maio do ano passado, este Tribunal atingiu os seguintes números: 1.465 (um mil e quatrocentos e sessenta e cinco) audiências realizadas, 387 (trezentos e oitenta e sete) precatórios municipais conciliados nas unidades judiciárias, totalizando R$ 11.332.825,00 (onze milhões, trezentos e trinta e dois mil e oitocentos e vinte e cinco reais) em conciliações de precatórios e processos de entes privados.

No ano de 2008, houve na região significativo decréscimo de 56,14% no número de precatórios vencidos, sendo motivo de registro e cumprimentos pelo índice alcançado, conforme constatado na Correição Ordinária da Corregedoria Geral do Colendo TST, procedida no Serviço de Expedição e Acompanhamento de Precatórios deste Regional.

É de bom alvitre salientar, que, na concretização do Projeto Conciliar, participam, de maneira expressiva e regular, instituições de reconhecida envergadura representativa, tais como, a OAB, a AMATRA-13, o MPT, a CEF, etc., o que reafirma os valores e crenças que formam a base da cultura organizacional e principiológica desta Justiça Especializada.

Abaixo, segue a discriminação da movimentação processual desenvolvida, bem como os números do Projeto Conciliar, fornecidos pelo Serviço de Expedição e Acompanhamento de Precatórios e Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios:

Especificações	Quantidade
Precatórios pendentes de encaminhamento no ano anterior	414
Precatórios recebidos no ano de 2008	943
Precatórios encaminhados no ano de 2008	874
Precatórios pendentes de encaminhamento no ano de 2008	483
Precatórios pendentes de encaminhamento no MP aguardando parecer	082
Precatórios pendentes de encaminhamento aguardando manifestação do representante legal da União	001
Precatórios pendentes de encaminhamento em diligência	322
Precatórios pendentes de encaminhamento em processamento no TRT	078
Precatórios pendentes de pagamento no ano de 2008	2146
Precatórios pendentes de pagamento no prazo	1656
Precatórios pendentes de pagamento com prazo vencido	490
Valor dos Precatórios pendentes de pagamento	R$ 79.922.418,32
Precatórios pagos no ano de 2008	453

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO		
SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL		
PROJETO CONCILIAR – 2008		
VARAS DO TRABALHO		**VALOR CONCILIADO**
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA		**R$168.440,00**
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA		**R$ 54.689,94**
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA		**R$ 114.957,00**
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA		**R$ 81.978,00**
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA		**R$ 72.216,00**
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA		**R$ 813.875,00**
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA		**R$ 34.884,33**
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA		**R$ 66.475,45**
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA		**R$ 76.756,90**
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE		**R$ 174.511,83**
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE		**R$ 367.667,10**
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE		**R$ 43.546,00**
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE		**R$ 70.740,00**
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE		**R$ 232.125,05**
VARA DO TRABALHO DE AREIA		**R$ 7.450,00**
VARA DO TRABALHO DE CAJAZEIRAS		**R$ 207.244,00**
VARA DO TRABALHO DE CATOLÉ DO ROCHA		**R$ 609.832,00**
VARA DO TRABALHO DE ITABAINANA		**R$ 96.653,26**
VARA DO TRABALHO DE ITAPORANGA		**R$ 1.398.494,00**
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA		**R$ 1.117.300,00**
VARA DO TRABALHO DE MAMANGUAPE		**R$ 57.902,00**
VARA DO TRABALHO DE MONTEIRO		**R$ 235.563,00**
VARA DO TRABALHO DE PATOS		**R$ 172.117,00**
VARA DO TRABALHO DE PICUÍ		**R$ 1.110.581,00**
VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA		**R$ 52.105,00**
VARA DO TRABALHO DE SOUSA		**R$ 366.854,00**
VARA DO TRABALHO DE TAPEROÁ		**R$ 1.792.584,00**
CENTRAL DE MANDADOS DE JOÃO PESSOA		**R$ 908.783,16**
TOTAL DAS VARAS DO TRABALHO	**0**	**R$ 10.506.325,02**
JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS		
EMPRESAS PRIVADAS		

HOSPLAN		R$ 68.000,00
SUB-TOTAL		R$ 68.000,00
EMPRESAS PÚBLICAS		
AREAL		R$ 8.500,00
MUNICÍPIO DE SANTA RITA		R$ 750.000,00
SUB-TOTAL		R$ 758.500,00
TOTAL GERAL DO PROCESSOS CONCILIAR – 2008		**R$ 11.332.825,02**

➢VARAS DO TRABALHO ELETRÔNICAS

Uma das grandes obras da Administração foi a instalação da primeira Vara do Trabalho eletrônica da Justiça do Trabalho no Brasil.

A 1ª VT foi instalada em maio, e a 2ª VT em agosto, com a entrega de um anexo para abrigar suas instalações, ambas no Município de Santa Rita.

O fórum José Carlos Arcoverde Nóbrega passou a ser o primeiro totalmente eletrônico do País, funcionando com duas Varas informatizadas, sem a utilização de papel para impressão de qualquer peça processual.

Importante registrar que as partes e advogados podem acompanhar toda a tramitação do processo pela *internet,* em tempo real.

➢TRANSFERÊNCIA DA VARA DO TRABALHO DE TAPEROÁ PARA SANTA RITA

O deslocamento da estrutura da unidade judiciária sediada na Cidade de Taperoá para o Município de Santa Rita, decorreu de inspeção correicional ordinária do TST, realizada no fim do exercício 2007, e da conclusão dos trabalhos da Comissão para Análise e Fornecimento de Sugestões quanto ao Remanejamento de Varas do Trabalho da 13ª Região (Processo TRT NU 00486.2005.000.13.00-8), conforme Resoluções Administrativas nºs 084/2007 e 060/2008. Esta última autorizou, efetivamente, a instalação da 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita.

➢PORTAL DA CORREGEDORIA

A disponibilização do Portal da Corregedoria viabilizou a consulta aos textos integrais de atos normativos, provimentos, recomendações, resoluções administrativas e ordens de serviço (intrinsecamente relacionados ao funcionamento da 1ª instância), do Regimento Interno e do Regulamento Geral deste Tribunal, dos editais e das atas das correições, bem como do calendário com a previsão das correições realizadas durante o ano, além do acesso às diversas informações institucionais, como tabelas de prazos processuais, plantões judiciais, depósitos recursais, estatísticas, artigos e comunicações.

➢DA ELIMINAÇÃO DE AUTOS FINDOS

A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD informou que foram eliminados um montante de quase 32.000 (trinta e dois mil) processos, estando previsto para eliminação, no ano de 2009, mais 50.000 (cinquenta) mil, aí incluídos os autos das Varas da Capital e do Interior.

➢DA CORREGEDORIA

PROVIMENTOS:

PV TRT SCR nº 001/2008, de 03/03/2008 DJE 07/03/2008, p. 03.	Institui o processamento eletrônico do Requisitório de Precatório e Requisição de Pequeno Valor, contra a Fazenda Pública Federal, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e regulamenta a expedição eletrônica dos ofícios e expedientes previstos nos Provimentos TRT SCR nºs 001/2002, 002/2003 e 005/2007.
PV TRT SCR nº 002/2008, de 03/03/2008 DJE 07/03/2008, p. 03	Regulamenta os procedimentos relativos à utilização do Sistema Unificado de Acompanhamento Processual – SUAP, para processamento de cartas precatórias, em meio eletrônico, no âmbito da 13ª Região.
PV TRT SCR nº 003/2008, de 28/04/2008 DJE 30/08/2008, p. 02	Estabelece prazo para levantamento de valores por meio de alvará judicial perante as instituições bancárias.
PV TRT SCR nº 004/2008, de 16/05/2008 DJE 17/05/2008, p. 01	Estabelece, no âmbito do Fórum José Carlos Arcoverde Nóbrega, em Santa Rita, os critérios para processamento das ações judiciais em meio eletrônico e dá outras providências.
PV TRT SCR nº 005/2008, de 08/09/2008 DJ_e 15/09/2008, p. 03	Dispõe sobre o funcionamento da Distribuição e Central de Mandados de Santa Rita e dá outras providências.
PV TRT SRR nº 006/2008, de 03/11/2008 DJ_e 06/11/2008, p. 02	Revoga o §1º do art. 7º do PV TRT SCR nº 001/2002, e o §1º do art. 1º do PV TRT SCR nº 05/2007, que regulamentam os procedimentos relativos às requisições de pagamento dos créditos de pequeno valor e precatórios devidos pela Fazenda Pública.

RECOMENDAÇÕES:

RC TRT SCR nº 001/2008, de 09/01/2008	Disciplina e uniformiza os procedimentos relativos ao Serviço do Protocolo Centralizado das Varas do Trabalho de João Pessoa/PB, bem como ao recebimento de petições destinadas às unidades judiciárias de 1º grau da Capital.
RC TRT SCR nº 001/2008, de 24/03/2008 DJE 26/03/2008, p. 01/02 Rep. DJE 04/04/2008, p. 03	Disciplina e uniformiza os procedimentos a serem adotados na realização do Projeto Conciliar.
RC TRT SCR nº 003/2008, de 24/03/2008 DJE 26/03/2008, p. 02/03	Determina que, nas reclamações trabalhistas em que se postula, entre outros títulos, a anotação da CTPS, que seja observado o disposto no artigo 29 da CLT.
RC TRT SCR nº 004/2008, de 14/08/2008 DJ_e 15/08/2008, p. 04	Determina que seja exigido, pelos juízes, o Número de Inscrição do Trabalhador – NIT do reclamante.
RC TRT SCR nº 005/2008, de 03/11/2008 DJ_e 06/11/2008, p. 023	Disciplina e uniformiza os procedimentos a serem adotados na realização da Semana Nacional da Conciliação no TRT da 13ª Região, a ser realizada entre os dias 01 e 05/12/2008.

CORREIÇÕES

Nas correições periódicas ordinárias, foram submetidos ao crivo da Excelentíssima Senhora Juíza Corregedora, durante o período noticiado, 2.270 (dois mil duzentos e setenta) processos, dos quais 151 (cento e cinquenta e um) receberam despachos correicionais.

Edital	Data da realiza-ção	Unidade Judiciária	Processos corre-icionados	Despachos corre-icionais
001	28 a 30/01	1ª VT de Campina Grande	290	07
002	19/02	Distr. Dos Feitos do Fórum de C. Grande	-	-
003	20 e 21/02	VT de Taperoá	163	-
004	25 a 27/02	1ª VT de João Pessoa	346	05
005	10 a 12/03	3ª VT de João Pessoa	300	29
006	02 a 04/04	7ª VT de João Pessoa	302	-
007	09 a 11/04	VT de Guarabira	334	07
008	15 a 17/04	2ª VT Campina Grande	413	02
009	13 a 15/05	2ª VT de João Pessoa	322	28
010	02 a 04/06	6ª VT de João Pessoa	222	-
011	05 e 06/06	Central de Mandados de Campina Grande	136	09
012	10 a 12/06	3ª VT Campina Grande	407	08
013	16 a 19/06	4ª VT de João Pessoa	349	05
014	01 a 03/07	VT de Itaporanga	233	04
014	07 a 09/07	VT de Sousa	386	08
015	16 e 17/07	VT de Mamanguape	252	-
016	22/07	Distr. Dos Feitos do Fórum de João Pessoa	-	-
017	23 a 25/07	VT de Catolé do Rocha	248	-
018	06 e 07/08	VT de Itabaiana	230	-
019	12 e 13/08	VT de Areia	270	02
020	18 a 20/08	VT Patos	REMARCADA	REMARCADA
021	18 a 20/08	4ª VT de Campina Grande	347	04
022	03 a 05/08	9ª VT de João Pessoa	291	02
023	07 e 08/10	Central de Mandados de João Pessoa	152	12
024	14 a 16/10	5ª VT de João Pessoa	227	02
025	20 a 22/10	VT de Cajazeiras	138	07
026	23 e 24/10	VT de Picuí	131	-
027	05 a 07/11	VT de Monteiro	150	03
028	10 e 11/11	5ª VT de Campina Grande	176	02
029	18 a 20/11	1ª VT de Santa Rita	REMARCADA	REMARCADA
030	24 e 25/11	8ª VT de João Pessoa	173	-
031	09 a 11/12	VT de Patos	215	5
TOTAL			2.270	151

RECLAMAÇÕES CORREICIONAIS

RECLAMAÇÕES CORREICIONAIS	AUTUADA EM	SITUAÇÃO
00086.2008.000.13.00-5	28/03/2008	Arquivada - SCR
00097.2008.000.13.00-5	02/04/2008	Arquivada - SCR
00113.2008.000.13.00-0	16/04/2008	Arquivada - SCR
00252.2008.000.13.00-3	19/08/2008	Tramitando - Agravo Regimental – Juiz Relator
00315.2008.000.13.00-1	08/10/2008	Tramitando – SCP
00319.2008.000.13.00-0	10/10/2008	Tramitando – SCP

PEDIDOS DE PROVIDÊNCIA	AUTUADO EM	SITUAÇÃO
00103.2008.000.13.00-4	08/04/2008	Arquivado - SCR
00114.2008.000.13.00-4	18/04/2008	Arquivado – SCR
00218.2008.000.13.00-9	21/07/2008	Arquivado - SCR
00220.2008.000.13.00-8	21/07/2008	Arquivado - SCR
00222.2008.000.13.00-7	22/07/2008	Arquivado - SCR
00233.2008.000.13.00-7	29/07/2008	Tramitando - SCR
00240.2008.000.13.00-9	06/08/2008	Arquivado - NAG
00342.2008.000.13.00-4	03/11/2008	Tramitando – SCR

➢DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

BOLETIM ESTATÍSTICO GLOBAL DAS ATIVIDADES JUDICIAIS DO TRIBUNAL NO PERÍODO DE: ANO/2008

TABELA IV

QUADRO I

MOVIMENTO PROCESSUAL

1- Processos pendentes de autuação do mês anterior	
2- Processos recebidos no ano	6.206
3- Processos autuados no ano	6.206
4- Saldo de processos pendentes de autuação, transferido para o ano subseqüente	0
5- Saldo de processos doano anterior, pedentes de parecer do MP	57
6- processos remetidos ao M.P. no ano	1.870
7- Processos recebidos do M.P. no ano	1.862
8- Saldo de processos pendentes de parecer no M.P., transferidos para o mês subsequente	65
9- Processos pendentes de distribuição do ano anterior	4
10- Processos distribuídos no ano	6.280
11- Saldo de processos pendentes de distribuição, transferido para o ano subsqüente	
12- Reclamações correcionais e pedidos de providências autuados no ano	10

QUADRO II

ATIVIDADES JUDICIAIS

1- Audiências realizadas no ano	6	Total de processos instruídos	6
		Total de processos homologados	1
2- Distribuições realizadas no ano	127	Total de processos distribuídos	6.280
3- Diligências determinadas no ano	2	Total de processos baixados em diligências	2
4- Pautas publicadas no ano	105	Total de processos incluídos	5.428
5- Sessões de julgamento realizadas no ano	157	Total de processos julgados dependentes de inclusão	5.161
		Total de processos julgados independentes de inclusão	1.280
6- Total de processos julgados monocraticamente			641
7- Acórdão lavrados no ano	5.960	Total de acórdãos publicados	6.101
8- Prazo médio de julgamento			53
9- Decisões correcionais proferidas no ano			5

QUADRO III
RECURSOS DE COMPETÊNCIA HIERARQUICAMENTE SUPERIOR - TST

1- Recursos de Revistas interpostos no ano anterior pendentes de despacho	63	Prazo de estudo vencido			0
		No prazo de estudo			63
2- Recursos de Revista interposto no ano	1676	Despachados	1678	Admitidos	335
				Não admitidos	1343
3- Saldo de Recursos de Revista não despachados e transferidos para o ano subseqüente					61
4- Recursos Ordinários interpostos no ano anterior pendentes de despachos	3	Prazo de estudo vencido			0
		No prazo de estudo			3
5- Recurssos Ordinários interpostos no ano	21	Despachados	24	Admitidos	24
				Não admitidos	0
6- Saldo de Recursos Ordinários não despachados e transferidos para o ano subseqüente					0
7- Remessa de Ofício					0
8- Agravos de Instrumentos interpostos no ano anterior pendentes no Tribunal	8	Em Recurso de Revista			8
		Em Recurso Ordinário			0
9- Agravos de Instrumentos interpostos no ano	1005	Em Recurso de Revista			1005
		Em Recurso Ordinário			0
10- Agravos de Instrumentos encaminhados ao TST	1008	Em Recurso de Revista			1008
		Em Recurso Ordinário			0
11- Saldo de Agravos de Instrumentos, em tramitação no TRT, transferido para o ano subseqüente	5	Em Recurso de Revista			5
		Em Recurso Ordinário			0

QUADRO IV
RECURSOS DE COMPETÊNCIA HIERARQUICAMENTE SUPERIOR - STF/STJ

1- Recursos Extraordinários interposto no ano	0	Despachados	0	Admitidos	0
				Não admitidos	0
2- Agravos de Instrumentos interpostos no ano	0	Encaminhados ao SFT			0
		Encaminhados ao STJ			0
3- Conflitos de Competência encaminhados ao STJ					0

QUADRO V
MOVIMENTO DE CUSTAS E EMOLUMENTOS

1- Custas Processuais Arrecadadas	R$103.432,61
2- Emolumentos Arrecadados	R$355,62
Total	R$103.788,23

QUADRO VI
PRECATÓRIOS

1- Precatórios pendentes de encaminhamento do ano anterior			414
2- Precatórios recebidos no ano			943
3- Precatórios encaminhados no ano			874
4- Precatórios pendentes de encaminhamento	483	No M.P. aguardando parecer	82
		Aguardando manifestação do representante legal da União	1
		Em diligência	322
		Em processamento no TRT	78
5- Precatórios pendentes de pagamento	2.146	No prazo	1.656
		No prazo vencido	490
6- Valor dos Precatórios pendentes de pagamento			R$79.922.418,32
7- Precatórios pagos no ano			453

ESTATÍSTICA GLOBAL DE PROCESSOS REFERENTES AO PERÍODO: ANO/2008
(Art. 37 da Lei Complementar nº 35, LOMAN)

TABELA - V

JUÍZES	PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO														
	RECEBIDOS		EM ESTUDOS				DEVOLVIDOS		AGUARDANDO PAUTA	VISTA REGIMENTAL	JULGADOS		ACÓRDÃOS		
	RELATOR	REVISOR	NO PRAZO Subitem 11		PRAZO VENCIDO Subitem 12						EM SESSÃO	DECISÕES MONOCRÁTICAS	LAVRADOS	AGUARDANDO LAVRATURA Subitem 13	
			RELATOR	REVISOR	RELATOR	REVISOR	RELATOR	REVISOR						NO PRAZO	PRAZO VENCIDO
AC1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AF1	986	644	28	19	0	0	961	642	15	1	835	35	790	19	0
AM1	962	482	7	1	0	0	963	483	2	3	935	16	891	43	0
AN1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CC1	1318	708	43	37	0	0	1327	671	24	0	702	170	669	15	0
EA1	228	91	0	2	0	0	223	91	1	4	207	29	223	0	0
HM4	1066	614	0	0	0	0	1069	614	5	13	971	108	871	9	0
MA4	676	376	0	0	0	0	670	376	69	4	472	19	415	26	0
PM1	222	163	0	65	0	0	217	98	51	0	68	13	10	27	0
PH4	0	16	0	0	0	0	18	0	0	0	52	0	58	0	0
UD4	1031	626	0	0	0	0	1034	626	48	9	812	86	864	0	0
VV1	958	559	5	26	0	0	957	534	0	1	801	68	758	2	0
WMC4	571	270	0	0	0	0	565	327	0	0	359	94	262	0	0
RT4	0	107	0	0	0	0	3	0	0	0	1	1	10	0	0
RL4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	5	0	
AJ4	416	163	0	0	0	0	416	198	1	9	225	2	134	51	0
TOTAL	8434	4820	83	150	0	0	8423	4660	216	44	6441	641	5960	192	0

1- Togado, 4 - Substituto/Convocado

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO GERAL REFERENTE AO MOVIMENTO DE PROCESSOS DE NATUREZA RECURSAL DO PERÍODO: ANUAL/2008

TABELA I

CLASSE	AUTUAÇÃO		MINISTÉRIO PÚBLICO					DISTRIBUIÇÃO			JUÍZES				PAUTA			JULGAMENTO			ACÓRDÃO		
											RELATOR		REVISOR										
	AUTUADOS NO ANO	SALDO ANTERIOR AUTUADO AGUARDANDO REMESSA AO MP	SALDO ANTERIOR NO MP	REMETIDOS AO MP NO ANO	DEVOLVIDOS DO M.P. NO ANO	SALDO NO M.P.	SALDO PENDENTE DE REMESSA PARA O M.P. TRANSFERIDO P/ O ANO SEGUINTE	SALDO ANTERIOR AGUARDANDO DISTRIBUIÇÃO	DISTRIBUÍDOS NO ANO	SALDO NO ANO PENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO	RESTITUÍDO NO ANO	SALDO NO GABINETE	RESTITUÍDO NO ANO	SALDO NO GABINETE	SALDO ANTERIOR AGUARDANDO PAUTA	INCLUÍDOS EM PAUTA NO ANO	SALDO NO GABINETE	SALDO DO ANO ANTERIOR PENDENTE DE JULGAMENTO	JULGADOS NO ANO	SALDO DO ANO PENDENTE DE JULGAMENTO	SALDO ANTERIOR AGUARDANDO PUBLICAÇÃO	PUBLICADOS NO ANO	SALDO DO ANO AGUARDANDO PUBLICAÇÃO
AI	74	0	0	1	1	0	0	0	229	0	236	1	121	3	10	159	7	2	206	9	2	134	6
AG	106	0	3	133	136	0	0	0	0	0	279	10	1	0	0	1	0	5	156	8	6	134	1
A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AP	1.474	0	9	970	952	27	0	1	1.478	0	1.591	19	1.125	32	69	1.233	59	1	1.316	56	41	1.045	70
A.PEN	1	0	0	0	0	0	0	0	7	0	8	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	1	0
A.INC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CC	1	0	0	0	0	0	0	0	7	0	5	0	0	0	0	1	0	1	5	0	0	5	0
C.IJC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ED	0	0	0	64	64	0	0	0	0	0	1.288	12	0	0	0	0	0	42	1.165	47	41	1.123	38
E.INC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.ADM	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
RO	3.597	0	30	460	469	21	0	3	3.644	0	3.634	28	3.234	109	271	3.875	144	31	3.255	118	133	2.947	129
ROPS	615	0	0	56	40	16	0	0	525	0	818	1	4	0	0	0	0	3	668	3	0	538	26
RXOF	41	0	0	31	30	1	0	0	54	0	57	0	20	0	6	25	3	0	28	0	1	26	0
REP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.AUTOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTROS.1	0	0	0	2	2	0	0	0	14	0	20	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
TOTAL	5.909	0	42	1.717	1.694	65	0	4	5.964	0	7.938	71	4.518	144	356	5.294	213	85	6.802	241	224	5.956	270

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO GERAL REFERENTE AO MOVIMENTO DE PROCESSOS DE NATUREZA ORIGINÁRIA DO PERÍODO: ANO/2008

TABELA I - A

CLASSE	AUTUA-ÇÃO	DISTRIBUIÇÃO			MINISTÉRIO PÚBLICO				JUÍZES				PAUTA			JULGAMENTO			ACÓRDÃO		
									RELATOR		REVISOR										
	AUTUADOS NO ANO	SALDO ANTERIOR AGUARDANDO DISTRIBUIÇÃO	DISTRIBUIDOS NO ANO	SALDO NO ANO PENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO	SALDO ANTERIOR NO M.P.	REMETIDOS AO MP NO ANO	DEVOLVIDOS DO M.P. NO ANO	SALDO NO M.P.	RESTITUÍDO NO ANO	SALDO NO GABINETE	RESTITUÍDO NO ANO	SALDO NO GABINETE	SALDO ANTERIOR AGUARDANDO PAUTA	INCLUÍDOS EM PAUTA NO ANO	SALDO NO GABINETE	SALDO DO ANO ANTERIOR PENDENTE DE JULGAMENTO	JULGADOS NO ANO	SALDO DO ANO PENDENTE DE JULGAMENTO	SALDO ANTERIOR AGUARDANDO PUBLICAÇÃO	PUBLICADOS NO ANO	SALDO DO ANO AGUARDANDO PUBLICAÇÃO
AR	64	0	87	0	4	41	45	0	146	6	48	2	3	46	0	1	67	7	1	42	1
A.ANU	3	0	2	0	0	1	1	0	3	0	0	0	0	2	0	0	3	0	1	3	0
AD	1	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC	29	0	29	0	0	8	8	0	43	1	0	0	0	1	0	2	24	1	0	15	0
DC	4	0	6	0	1	0	1	0	5	0	1	0	0	3	0	0	6	0	1	5	0
DC.G	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
HC	3	0	6	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0	0	0	1	9	1	1	7	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INC.FAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
IUJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	159	0	174	0	10	101	111	0	263	5	83	2	6	81	2	0	163	12	2	68	2
P.R.V.C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RDV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUSP	7	0	7	0	0	1	1	0	4	0	0	0	0	1	1	0	5	2	0	4	0
OUTROS.2	26	0	4	0	0	1	1	0	11	0	10	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0
TOTAL	297	0	316	0	15	153	168	0	485	12	142	4	9	134	3	4	280	23	6	145	3

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DO MOVIMENTO DOS PROCESSOS DE NATUREZA RECURSAL DO ÓRGÃO JULGADOR NO PERÍODO: ANO/2008

TABELA II

TABELA II - 1ª TURMA

CLASSE	RECEBIDOS		JUÍZES				PAUTA			JULGAMENTO			ACÓRDÃO		
			RELATOR		REVISOR										
	Por Distribuição	Por Vinculação	Restituídos no mês	Saldo no Gabinete	Restituídos no mês	Saldo no Gabinete	Saldo anterior aguardando pauta	Incluídos em Pauta no mês	Saldo do mês aguardando pauta	anterior pendente de julgamento	Julgados no no mês	mês pendente de julgamento	anterior aguardando publicação	Publicados no mês	mês aguardando publicação
AI	89		96		53	2		58	5		90	2		43	4
AG		74	82	1							54	2		27	
A															
AP	601		615	1	442	23		493	35		521	32		342	54
A. PEN			1								3				
A. INC															
CC			1								1				
C.IJC															
ED		502	468								362	12		201	14
E.INC															
R. ADM	2		2												
RO	1479		1372	2	1240	64		1504	84		1231	78		874	81
ROPS	135		295		4						277	3		230	14
RXOF	18		19		6			6	1		10			6	
REP															
R.AUTOS															
OUTROS.1	1		1												
TOTAL	2325	576	2952	4	1745	89	0	2061	125	0	2549	129	0	1723	167

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

RELATÓRIO DO MOVIMENTO DOS PROCESSOS DE NATUREZA RECURSAL DO ÓRGÃO JULGADOR NO PERÍODO: ANO/2008

TABELA II

TABELA II - PLENO

CLASSE	RECEBIDOS		JUÍZES				PAUTA			JULGAMENTO			ACÓRDÃO		
	Por Distribuição	Por Vinculação	RELATOR		REVISOR		Saldo anterior aguardando pauta	Incluídos em Pauta no mês	Saldo do mês aguardando pauta	anterior pendente de julgamento	Julgados no no mês	mês pendente de julgamento	anterior aguardando publicação	Publicados no mês	mês aguardando publicação
			Restituídos no mês	Saldo no Gabinete	Restituídos no mês	Saldo no Gabinete									
AI	18		34		17			13			30	1		33	1
AG		27	51					1			38	6		45	
A															
AP	96		304		207			129			235	1		263	
A. PEN	2		2											1	
A. INC															
CC	5		1								1			5	
C.IJC															
ED		244	316								371	14		634	4
E.INC															
R. ADM	4													2	
RO	310		605		569			442			621	2		918	
ROPS	45		129								107			85	
RXOF			3								4			8	
REP															
R.AUTOS															
OUTROS.1			5		2										
TOTAL	480	271	1450	0	795	0	0	585	0	0	1407	24	0	1994	5

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

RELATÓRIO DO MOVIMENTO DOS PROCESSOS DE NATUREZA RECURSAL DO ÓRGÃO JULGADOR NO PERÍODO: ANO/2008

TABELA II

TABELA II - 2ª TURMA

CLASSE	RECEBIDOS		JUÍZES				PAUTA			JULGAMENTO			ACÓRDÃO		
	Por Distribuição	Por Vinculação	RELATOR		REVISOR		Saldo anterior aguardando pauta	Incluídos em Pauta no mês	Saldo do mês aguardando pauta	anterior pendente de julgamento	Julgados no no mês	mês pendente de julgamento	anterior aguardando publicação	Publicados no mês	mês aguardando publicação
			Restituídos no mês	Saldo no Gabinete	Restituídos no mês	Saldo no Gabinete									
AI	100		89	1	46	1		75	2		71	6		50	1
AG		63	130	9	1						57			46	1
A															
AP	635		550	18	407	9		507	24		480	23		365	16
A. PEN	3		3												
A. INC															
CC	2		3					1			2				
C.IJC															
ED		472	405	12							330	21		200	20
E.INC															
R. ADM															
RO	1445		1293	26	1182	45		1512	60		1198	38		919	48
ROPS	261		322	1							235			223	12
RXOF	36		35		13			11	2		8			11	
REP															
R.AUTOS															
OUTROS.1	10		11		10									1	
TOTAL	2492	535	2841	67	1659	55	0	2106	88	0	2381	88	0	1815	98

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

RELATÓRIO DO MOVIMENTO DOS PROCESSOS DE NATUREZA RECURSAL DO ÓRGÃO JULGADOR NO PERÍODO: ANO/2008

TABELA II

CLASSE	RECEBIDOS		JUÍZES				PAUTA			JULGAMENTO			ACÓRDÃO		
	Por Distribuição	Por Vinculação	RELATOR Restituídos no mês	RELATOR Saldo no Gabinete	REVISOR Restituídos no mês	REVISOR Saldo no Gabinete	Saldo anterior aguardando pauta	Incluídos em Pauta no mês	Saldo do mês aguardando pauta	anterior pendente de julgamento	Julgados no no mês	mês pendente de julgamento	anterior aguardando publicação	Publicados no mês	mês aguardando publicação
AI	22		17		5		10	13		2	15		2	8	
AG		20	16							5	7		6	16	
A															
AP	146		122		69		69	104		1	80		41	75	
A. PEN	2		2												
A. INC															
CC										1	1				
C.IJC															
ED		128	99							42	102		41	88	
E.INC															
R. ADM															
RO	410		364		243		271	417		31	205		133	236	
ROPS	84		72							3	49				
RXOF					1		6	8			6		1	1	
REP															
R.AUTOS															
OUTROS.1	3		3		1										
AR	6		18	4	3		3	5		1	3		1	1	
A. ANU													1	1	
AD															
AC			2							2	2				
DC	1							1					1	1	
DC.G													1	0	
HC										1	1			1	
IMP															
INC.FAL														1	
IUJ															
MS	16		17	7	5	2	6	12			14		2	2	
P.R.V.C															
RDV															
SUSP	1		1												
OUTROS.2	2		2		1										
TOTAL	693	148	735	11	328	2	365	560	0	89	485	0	230	431	0

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE GLOBAL DOS JUÍZES NO ANO/2008

TABELA III - A 1ª TURMA

TABELA III

JUÍZES	COMO RELATOR										COMO REVISOR								JULGADOS COMO RELATOR		LAVRATURA DE ACÓRDÃO					
	SALDO ANTERIOR	RECEBIDOS Subitem 3		DEVOLVIDOS Subitem 4			EM ESTUDO Subitem 5		SALDO NO MÊS	EM DILIGÊNCIA	SALDO ANTERIOR	RECEBIDOS Subitem 6		DEVOLVIDOS Subitem 7			EM ESTUDO Subitem 8		AGUARDANDO PAUTA COMO RELATOR	EM SESSÃO	DECISÕES MONOCRÁTICAS	SALDO ANTERIOR	REMETIDOS NO MÊS Subitem 9		DEVOLVIDOS NO MÊS	AGUARDANDO LAVRATURA DO ACÓRDÃO Subitem 10	
		DISTRIBUIÇÃO/VINCULAÇÃO	REDISTRIBUIÇÃO	IMPEDIMENTO/SUSPEIÇÃO/OUTROS	BAIXA DECORRENTE DE ACORDO OU DESISTÊNCIA	COM VISTOS	NO PRAZO	PRAZO VENCIDO				PARA REVISÃO	REDISTRIBUIÇÃO	IMPEDIMENTO/SUSPEIÇÃO/OUTROS	DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIA	COM VISTOS	NO PRAZO	PRAZO VENCIDO					RELATOR ORIGINÁRIO	RELATOR DESIGNADO		NO PRAZO	PRAZO VENCIDO
MA4	5	554	122	109	1	560			3	8		342	34	33		343			69	472	19		419	22	415	26	
UD4	14	986	45	74	1	959				11		600	26	10		616			48	812	86		784	77	864		
VV1	8	932	26	53	3	901	5			4	1	531	28	32		502	26			801	68	15	687	58	758	2	
HM4	3	1055	11	60	5	1004						608	6	29		585			5	971	108	49	796	34	871	9	
PM1		177	45	7		210				5		141	22			98	65		51	68	13		35	2	10	27	
TOTAL	30	3704	249	303	10	3634	5	0	3	28	1	2222	116	104	0	2144	91	0	173	3124	294	64	2721	193	2918	64	0

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

RELATÓRIO DO MOVIMENTO DOS PROCESSOS DE NATUREZA ORIGINÁRIA DO ÓRGÃO JULGADOR NO PERÍODO: ANO 2008

TABELA II-A TRIBUNAL PLENO

Obs:Todas as colunas com janeiro.

CLASSE	RECEBIDOS		MINISTÉRIO PÚBLICO				JUÍZES				PAUTA			JULGAMENTO			ACÓRDÃO		
							RELATOR		REVISOR										
	Por Distribuição	Por Vinculação	Saldo anterior no M.P.	Remetidos ao M.P. no mês	Devolvidos do M.P. no mês	Saldo M.P.	Restituídos no mês	Saldo no Gabinete	Restituídos no mês	Saldo no Gabinete	Saldo anterior aguardando pauta	Incluídos em Pauta no mês	Saldo do mês aguardando pauta	Saldo anterior pendente de julgamento	Julgados no no mês	Saldo do mês pendente de julgamento	Saldo anterior aguardando publicação	Publicados no mês	Saldo do mês aguardando publicação
AR	42	0	4	29	33	0	29	0	10	0	0	41	0	0	22	7	0	41	1
A.ANU	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	2	0
AD	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC	4	0	0	1	1	0	6	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	4	0
DC	3	0	1	0	1	0	2	0	0	0	0	2	0	0	4	0	0	4	0
DC.G	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
HC	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	6	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INC.FAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IUJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	102	0	10	47	57	0	60	0	18	0	0	69	2	0	53	12	0	66	2
P.R.V.C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RDV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUSP	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	4	2	0	4	0
OUTROS	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	160	0	15	77	92	0	97	0	31	0	0	115	3	0	92	22	0	127	3

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

RELATÓRIO DO MOVIMENTO DOS PROCESSOS DE NATUREZA ORIGINÁRIA DO ÓRGÃO JULGADOR NO MÊS: ANO/2008

TABELA II A - 2ª TURMA

CLASSE	RECEBIDOS		MINISTÉRIO PÚBLICO				JUÍZES				PAUTA			JULGAMENTO			ACÓRDÃO		
							RELATOR		REVISOR										
	Por Distribuição	Por Vinculação	Saldo anterior no M.P.	Remetidos ao M.P. no mês	Devolvidos do M.P. no mês	Saldo M.P.	Restituídos no mês	Saldo no Gabinete	Restituídos no mês	Saldo no Gabinete	Saldo anterior aguardando pauta	Incluídos em Pauta no mês	Saldo do mês aguardando pauta	Saldo anterior pendente de julgamento	Julgados no no mês	Saldo do mês pendente de julgamento	Saldo anterior aguardando publicação	Publicados no mês	Saldo do mês aguardando publicação
AR	23	0	0	4	4	0	55	6	18	1	0	0	0	0	14	0	0	0	0
A.ANU	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
AD	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC	14	0	0	5	5	0	19	1	0	0	0	1	0	0	7	1	0	6	0
DC	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
DC.G	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
HC	1	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INC.FAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IUJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	35	0	0	18	18	0	111	4	38	1	0	0	0	0	45	0	0	0	0
P.R.V.C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RDV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUSP	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTROS	0	0	0	0	0	0	5	0	4	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
TOTAL	75	0	0	27	27	0	198	11	61	2	0	1	0	0	72	1	0	6	0

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DO MOVIMENTO DOS PROCESSOS DE NATUREZA RECURSAL DO ÓRGÃO JULGADOR NO MÊS: ANO/2008
TABELA II-A 1ª TURMA

CLASSE	RECEBIDOS		MINISTÉRIO PÚBLICO				JUÍZES				PAUTA			JULGAMENTO			ACÓRDÃO		
							RELATOR-Subitem1		REVISOR-Subitem2										
	Por Distribuição	Por Vinculação	Saldo anterior no M.P.	Remetidos ao M.P. no mês	Devolvidos do M.P. no mês	Saldo M.P.	Restituídos no mês	Saldo no Gabinete	Restituídos no mês	Saldo no Gabinete	Saldo anterior aguardando pauta	Incluídos em Pauta no mês	Saldo do mês aguardando pauta	Saldo anterior pendente de julgamento	Julgados no no mês	Saldo do mês pendente de julgamento	Saldo anterior aguardando publicação	Publicados no mês	Saldo do mês aguardando publicação
AR	16	0	0	8	8	0	44	0	16	1	0	0	0	0	28	0	0	0	0
A. ANU	0	0	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
AD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC	11	0	0	2	2	0	16	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	5	0
DC	1	0	0	0	0	0	3	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
DC.G	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
HC	3	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INC.FAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IUJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	21	0	0	36	36	0	75	1	22	1	0	0	0	0	51	0	0	0	0
P.R.V.C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RDV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUSP	1	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
OUTROS.2	2	0	0	1	1	0	4	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
TOTAL	55	0	0	49	49	0	150	1	41	2	0	0	0	0	96	0	0	5	0

Afora os quadros acima, apresentamos, em anexo, boletins estatísticos contendo a movimentação consolidada das Varas do Trabalho deste TRT da 13ª Região.

➢DADOS RELEVANTES DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

PROCESSOS RECEBIDOS NAS VARAS – 17.988

VALORES EM ACORDOS HOMOLOGADOS E DECISÕES PROFERIDAS EM AÇÕES DO RITO SUMARÍSSIMO – R$ 24.509.839,12 (vinte e quatro milhões, quinhentos e nove mil, oitocentos e trinta e nove reais e doze centavos);

VALORES EM ACORDOS HOMOLOGADOS E DECISÕES PROFERIDAS EM AÇÕES DO RITO ORDINÁRIO RITO ORDINÁRIO – R$ 183.419.133,06 (cento e oitenta e três milhões, quatrocentos e dezenove mil, cento e trinta e três reais e seis centavos);

PRAZO MÉDIO PARA REALIZAÇÃO DA 1ª AUDIÊNCIA EM DIAS:

RITO SUMARÍSSIMO: 17 (dezessete)

RITO ORDINÁRIO: 24 (vinte e quatro);

PRAZO MÉDIO PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE PROSSEGUIMENTO EM DIAS:

RITO SUMARÍSSIMO: 04 (quatro)

RITO ORDINÁRIO: 24 (vinte e quatro);

PRAZO MÉDIO PARA PROLAÇÃO DE SENTENÇA, APÓS O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO, EM DIAS:

RITO SUMARÍSSIMO: 07 (sete)

RITO ORDINÁRIO: 10 (dez);

VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES, DURANTE O ANO DE 2008: R$ 208.968.559,77 (duzentos e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta e sete centavos);

VALORES ARRECADADOS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, IMPOSTO DE RENDA E MULTAS DRT: R$ 39.756.766,53 (trinta e nove milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos).

PROCESSOS RECEBIDOS NO TRT – 6.206 (seis mil, duzentos e seis);

PROCESSOS JULGADOS NO TRT – 7.082 (sete mil e oitenta e dois);

PRAZO MÉDIO DE JULGAMENTO EM DIAS – 52 (cinquenta e dois);

CUSTAS ARRECADADAS – R$ 103.788,23 (cento e três mil, setecentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos).

COD.	PROGRAMA 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	Unidade Medida	Meta prevista	Meta Realizada	% de Realização
4256	APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	32.997	26.826	81,30
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	1.007	343	34,06
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES	PESSOA BENEFÍCIADA	3.100	2.875	92,74
2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES	SERVIDOR ATENDIDO	1.095	1.029	93,97
2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES	SERVIDOR ATENDIDO	8	8	100,00
1B02	AMPLIAÇÃO DO ED. DE APOIO DO TRT 13ª REGIÃO	%	100	64	63,64
10WT	CONSTRUÇÃO DO FORUM TRABALHISTA DA	%	13	0	-

	CIDADE DE JOÃO PESSOA				
2010	ASSISTENCIA PRE ESCOLAR AOS DEPENDENTES	CRIANÇA ATENDIDA	310	181	58,39

Infra-estrutura/Apoio logístico

No afã de fazer valer um dos princípios basilares da Administração Pública, qual seja, o da eficiência na prestação do serviço público oferecido à população em geral, a área administrativa deste Tribunal, dentro dos limites orçamentários que lhe foram impostos, procurou imprimir um ritmo acelerado no cumprimento das metas que foram pré-estabelecidas, de modo a satisfazer as necessidades, não só dos magistrados e servidores que fazem parte desta Corte, como e, principalmente, dos jurisdicionados que se socorrem desta Justiça Especializada.

Oportuno destacar que a não utilização integral das dotações atingimento da meta financeira se deu, principalmente, em decorrência do insucesso de alguns certames licitatórios implementados, cujas dotações advieram de suplementação de crédito disponibilizadas no final do exercício.

Ademais, consigne-se que a maior parte das licitações lançadas no final do exercício alcançaram valores inferiores aos estimados e reservados, não havendo tempo hábil para deflagrar novos certames para a utilização de tal saldo.

Abaixo relaciona-se as principais atividades desenvolvidas no âmbito administrativo deste Regional durante o exercício de 2008:

Dos bens móveis e imóveis:

➢FÓRUM DE CAMPINA GRANDE

Entrega do Prédio do Anexo Administrativo do Fórum Irenêo Jofilly Filho, de Campina Grande, denominado “Juiz Paulo Pires”, conforme a Resolução Administrativa nº 002/2008, ocorrida no mês de janeiro.

➢FÓRUM DE MAMANGUAPE.

O imóvel passou por uma grande reforma, cujo projeto contemplou critérios de modernidade e funcionalidade. Desde sua aquisição não havia sido realizada nenhuma reforma de vulto e sua estrutura já estava ficando comprometida, causando transtornos aos magistrados, servidores e jurisdicionados.

Com as novas instalações, aquela Vara do Trabalho também foi equipada com novos e modernos mobiliários que atendem rigorosos conceitos de ergonomia e funcionalidade. Obra concluída e inaugurada em 19 de dezembro de 2008.

➢CONSTRUÇÃO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA

Em decorrência de deliberação do E. Tribunal Pleno, autorizando a remoção da VT de Taperoá para Santa Rita, a Administração deste Regional firmou convênio com a Caixa Econômica Federal assegurando recursos no montante de R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) para a ampliação do prédio da Vara do Trabalho daquela cidade, a fim de abrigar a segunda unidade. A obra foi concluída e inaugurada em 15 de setembro de 2008.

➢PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DAS VARAS DA CAPITAL E UNIDADES DESTE TRIBUNAL

Priorizando a atividade fim, a Presidência deste Regional determinou a substituição de todas as cadeiras das Varas do Trabalho da Capital, à exceção da 8ª e 9ª Varas, obedecendo aos mais modernos conceitos de ergonomia e funcionalidade, cujos recursos foram conseguidos junto ao CSJT (*Conselho Superior da Justiça do Trabalho*), fato que igualmente ocorreu em relação ao Serviço de Acompanhamento e Expedição de Precatórios, Serviço de Recursos, Chefia de Gabinete da Presidência, Assessoria Jurídica da Presidência, Secretaria Geral da Presidência e Gabinete da Direção Geral.

Nesse mesmo sentido, determinou, também, fossem adotadas as providências necessárias, com a utilização de recursos próprios, para a modernização das instalações (mobiliário geral) da Secretaria do Tribunal Pleno, Secretaria Judiciária e Serviço de Cadastramento Processual (atividade fim), todos já instalados.

➢GRADEAMENTO EXTERNO

Diante das características arquitetônicas do edifício-sede, bem como da Vara do Trabalho de Santa Rita, optou-se pela execução dos serviços de gradeamento externo dos referidos imóveis, observando-se para tanto, as prévias recomendações técnicas da empresa contratada para elaboração do projeto do sistema de segurança eletrônica. Os serviços foram totalmente concluídos.

➢AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DO ALMOXARIFADO

O prédio que abriga o Almoxarifado e o Serviço de Material e Patrimônio encontrava-se com sua capacidade de armazenamento esgotada, gerando alguns transtornos aos gestores daquela unidade. Assim, a Administração achou por bem promover a ampliação daquela área, para melhor acomodar os materiais permanentes e de consumo ali existentes, haja vista a necessidade de adequado espaço para sua armazenagem. Obra concluída.

➢ AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS (Renovação da Frota)

Foram adquiridos 03 (*três*) veículos novos para substituição de parte dos que estão atualmente em uso, haja vista que o uso prolongado destes tem onerado sobremaneira o orçamento destinado à manutenção da frota.

Dos contratos, Convênios e Licitações:

Neste tópico, relaciona-se, de forma minudente, todos os contratos e convênios firmados, bem como os procedimentos licitatórios realizados nas diversas modalidades, no decorrer do exercício de 2008. Ao final, faz-se um arremate, com uma análise crítica dos resultados alcançados, deixando-se consignada, na oportunidade, a economia obtida na aquisição de bens e serviços por parte deste Tribunal, comparando-se os valores estimados pela Administração

Contratos

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2008, foram firmados 37 (trinta e sete) contratos, a seguir relacionados:

Nº	CONTRATADO(A)	OBJETO
01/2008	Shopping Center Tambiá Ltda.	Comodato de ar condicionado do tipo split system
02/2008	Ronaldo Alves Construções Ltda.	Reforma nos prédios das Varas do Trabalho do interior
03/2008	Supriservi Comércio, Representações e Serviços Ltda. - NEWSUPRI	Aquisição de disco SCSI
04/2008	Globo Engenharia Ltda.	Projetos do Fórum Maximiano de Figueiredo
05/2008	Conport - Construções, Projetos e Orçamentos Ltda.	Reforma/ampliação da 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita/PB
06/2008	Engear – Engenharia de Aquecimento e Refrigeração Ltda.	Manutenção corretiva na central de ar condicionado do Fórum Irêneo Joffily Filho, na cidade de Campina Grande/PB
07/2008	Growth Engenharia Ltda	Ampliação e reforma do prédio do Almoxarifado, nesta Capital
08/2008	CSA – Construtora Santo Amaro Ltda.	Fabricação e instalação de grades no edifício-sede deste Regional.
09/2008	Lanlink Informática Ltda.	Aquisição de servidores corporativos
10/2008	Maria da Penha de Lima	Serviços de lavagem de peças de tecidos – João Pessoa/PB
11/2008	Woman Star – Serviços Gráficos Ltda.	Confecção de carimbos
12/2008	Empresa de Mineração Sublime Ltda.	Fornecimento de água mineral para as cidades de João Pessoa e Campina Grande
13/2008	Paulo Ronaldo Tolentino – ME	Fornecimento de botijões de gás GLP
14/2008	José Bonozo Paiva Neto – ME	Confecção de fotolitos
15/2008	Maria do Socorro Rodrigues Teixeira	Serviços de lavagem de peças de tecidos – Campina Grande/PB
16/2008	Power Eletric Serviços Ltda	Locação de grupo gerador
17/2008	Sérgio Murilo Barbosa de Sousa – ME	Serviços de desinsetização e imunização dos prédios deste TRT
18/2008	Engear – Engenharia de Aquecimento e Refrigeração Ltda.	Manutenção preventiva e corretiva de ar condicionados do tipo split system do Fórum Maximiano Figueiredo, nesta Capital
19/2008	CDC Brasil Distribuidora Ltda	Fornecimento de 20 impressoras de etiquetas, marca zebra
20/2008	Microsens Ltda.	Fornecimento de 60 monitores LCD, 17”, samsung
21/2008	DISSAM – Distribuidora de Bebidas Santa Amaro Ltda.	Fornecimento de água mineral para a Vara do Trabalho da cidade de Catolé do Rocha/PB.
22/2008	Edvania de Menezes Chianca Vieira	Fornecimento de água mineral para a Vara do Trabalho da cidade de Areia/PB.
23/2008	Hewlett-Packard Brasil Ltda.	Suporte de hardware e software em equipamentos storage deste TRT
24/2008	ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Serviços de malotes
25/2008	Marcos Rodrigues Lemos – ME	Fornecimento de água mineral para a Vara do Trabalho da cidade de Itaporanga/PB.
26/2008	Luiz Carlos Silva Júnior – ME	Serviços de engenharia no Fórum Irineu Joffily, na cidade de Campina Grande/PB
27/2008	Hertz Eletrificação Ltda.	Elaboração de projeto para instalação de grupo gerador
28/2008	Engear – Engenharia de Aquecimento e Refrigeração Ltda.	Manutenção preventiva e corretiva de ar condicionados do tipo split system do Fórum Irineo Joffily, na cidade de Campina Grane/PB
29/2008	Comport – Construções, Projetos e Orçamentos Ltda.	Serviços de mudança de layout dos setores do edifício-sede do

		TRT
30/2008	Engear – Engenharia de Aquecimento e Refrigeração Ltda.	Elaboração de projeto de modernização do sistema de refrigeração do edifício-sede do TRT
31/2008	Portal Distribuidora de Informática Ltda.	Aquisição de 10 no-breaks
32/2008	Construtora Vitória Ltda.	Reforma dos prédios do Fórum Maximiano de Figueiredo, na Rua Pedro I e no Parque Solon de Lucena, nesta Capital
33/2008	Engear – Engenharia de Aquecimento e Refrigeração Ltda.	Serviços de revitalização e impermeabilização do Fórum Irêneo Joffily Filho, em Campina Grande/PB
34/2008	Growth Engenharia Ltda	Serviços de engenharia para reforma no edifício-sede do TRT
35/2008	Confiauto – Locações, Corretora de Veículos e equipamentos Ltda.	Locação de um gerador trifásico
36/2008	Engear – Engenharia de Aquecimento e Refrigeração Ltda.	Serviços de manutenção corretiva no sistema de combate a incêndio do edifício-sede do TRT
37/2008	Secol Ltda.	Reformas nos prédios das Varas do Trabalho das cidades de Souza, Itabaiana, Cajazeiras, Itaporanga, Picuí, Monteiro e Patos.
Apólice 183	Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S/A.	Seguro de imóveis
Apólice 0031/205/0349/ 0000007/01	Mapfre Seguros	Seguro de veículos
Apólice 5983/008/0082/00000 00108	Unibanco Aig Seguros S/A.	Seguro de estagiários

Convênios

Ainda no exercício de 2008, foram firmados 17 (dezessete) convênios, consoante discriminado abaixo:

01/2008	CREDJUST – Cooperativa de Crédito Mútuo dos Integrantes da Justiça do Trabalho da 13ª Região Ltda	Assessoria em Gestão e Planejamento de Orçamentos Familiares
02/2008	Banco BMC S/A.	Concessão de empréstimos
03/2008	Banco Daycoval S/A.	Concessão de empréstimos
04/2008	ABIN – Agência Brasileira de Inteligência	Homologação de atestados médicos e realização de perícias médicas
05/2008	Paraná banco S/A.	Concessão de empréstimos
06/2008	UNIBANCO–União Brasileira de Bancos S/A.	Pagamento de salários(ordem bancária de pagamento por meio da conta salário)
07/2008	Faculdade Maurício de Nassau	Concessão de descontos sobre os cursos oferecidos aos servidores do TRT
08/2008	Faculdade Maurício de Nassau	Proporcionar estágio no TRT
09/2008	Sabemi Seguradora Ltda.	Comercialização de planos de benefícios e seguros, bem como concessão de empréstimos
10/2008	American Life Companhia de Seguros	Comercialização de planos de seguros e concessão de empréstimos
11/2008	Banco SAFRA S/A.	Concessão de empréstimos
12/2008	BV Financeira S/A.	Concessão de empréstimos
13/2008	Prolink Tecnologia Ltda.	Acesso ao informa jurídico web
14/2008	UNESC – União de Ensino Superior de Campina Grande	Proporcionar estágio no TRT
15/2008	UNIODONTO/JP – Cooperativa de Trabalho Odontológico Ltda	Prestação de serviços de assistência odontológica
16/2008	Banco do Brasil S/A.	Concessão de crédito imobiliário
17/2008	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado da Paraíba	Homologação de atestados e realização de perícias médicas

Das Licitações:

No exercício de 2008, foram instruídos 74 (setenta e quatro) certames licitatórios, correspondendo a um valor total estimado no mercado local para as aquisições de R$ 11.641.452,62 (onze milhões, seiscentos e quarenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e dois centavos).

MODALIDADE LICITATÓRIA	NÚMERO DE CERTAMES LICITATÓRIOS (entre realizados e agendadas)
TOMADA DE PREÇOS	19
PREGÃO – tipo presencial	36
PREGÃO – tipo eletrônico	17
CONCORRÊNCIA	01
CONVITES	01

Fazendo um paralelo entre os valores estimados e os efetivamente licitados, conclui-se que a administração obteve nas licitações uma economia média na ordem de 23,24% (vinte e três vírgula vinte e quatro por cento).

Destaque-se, por oportuno, que tomando por base os mesmos parâmetros, em inúmeros certames obteve-se economia superior a 40% (quarenta por cento) do estimado, onde podemos exemplificar:

Certames Licitatórios	Valor Percentual de Economia
TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2008 — Aquisição de material de consumo (expediente, copa e cozinha, etc) destinados a atender as necessidades das unidades administrativas e judiciárias deste Regional	41,07%
PREGÃO N.º 05/2008 –Aquisição de 13 (treze) câmeras fotográficas digitais, destinadas a atender as necessidades dos Oficiais de Justiça das Varas do Trabalho deste Tribunal, localizadas no interior do Estado	43,04%
PREGÃO N.º 09/2008 – Aquisição de material de consumo (capas de processo), destinadas a atender as necessidades deste Tribunal	48,17%
PREGÃO N.º 10/2008 – Aquisição de equipamentos de informática (nobreak) para suprir a demanda por equipamentos das diversas unidades do Tribunal Regional do Trabalho-13ª Região	47,69%

Do Sistema de Registro de Preços

Previsto na legislação desde 1983 (artigo 15, § 3°, da Lei n° 8.666/93), o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, adotou o Sistema de Registro de Preços (como participante, mas não como gerenciador) com o intuito de dar maior celeridade nas aquisições, bem como economizar para os cofres públicos.

Cabe registrar que o procedimento em comento, não foi executado pela Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro, havendo a previsão do início de sua execução, como órgão gerenciador das Atas, para o exercício de 2009.

Desfazimento de bens:

Com fundamento na legislação que rege a matéria, especialmente o Decreto nº 99.658/90, este Regional levou a efeito procedimento para desfazimento de bens, resultando na doação de 1.381 bens (materiais permanentes) às seguintes instituições: Associação Beneficente Casa Caiada, Prefeitura Municipal de Lucena/PB, Associação Metropolitana de Erradicação da Mendicância - AMEM, Prefeitura Municipal de João

Pessoa – Superintendência da Guarda Municipal, 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado e I Grupamento de Engenharia de Construção (Processo TRT n.º 9466/2007);

Tecnologia da Informação:

A Secretaria de Tecnologia da Informação é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão e execução das atividades relativas à tecnologia da informação e ao processamento eletrônico de voz e dados do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, incumbido de dotá-lo de uma estrutura de informática que possibilite o desenvolvimento da atividade-fim da Justiça do Trabalho, de maneira ágil e eficiente para um melhor atendimento à sociedade.

A Presidência do Tribunal sensível e ciente da importância e da necessidade de dar seguimento ao processo de informatização, como forma indispensável de continuar prestando serviços de qualidade e confiabilidade aos usuários da Justiça do Trabalho e à sociedade como um todo, priorizou os investimentos nesta área, para atualização do parque de informática e melhoria dos serviços prestados.

As atividades desenvolvidas na área de tecnologia da informação foram baseadas numa política de consolidação do uso da informática como ferramenta de trabalho, visando de um lado, a automação das atividades fim e meio, e de outro, oferecer suporte técnico necessário ao desenvolvimento de tais atividades.

A Secretaria de Tecnologia da Informação dentro do planejamento estratégico focou o ano de 2008 no atendimento das necessidades na Segunda Instância, dotando-a de equipamentos modernos e atualizados .

Seguem as principais ações adotadas no ano de 2008:

➢<u>AQUISIÇÕES:</u>

- 40 impressoras a *Lasers*;
- 20 impressoras térmicas;
- 65 *Scanners* 10 ppm;
- 29 *Scanners* 50 ppm;
- 06 *Scanners* 25 ppm;
- leitores ópticos a *lasers*;
- 13 *hacks* para instalação junto com os servidores novos nas Varas Únicas;
- monitores LCD de 17” e 22”;
- aparelhos condicionadores de ar *Spliter* para o *DataCenter;*
- impressoras multifuncionais;
- terminais de auto-atendimento;
- Rádio para transmissão do *link* entre o TRT-sede e o Fórum da Capital;
-- Servidores *Blade*;
-- cofre contra incêndio para mídia eletrônica;

➢ Ações por ordem cronológica de execução:

- INSCRIÇÃO ELETRÔNICA PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

Em 11 de janeiro de 2008 os advogados, cadastrados no sistema *Push* (ferramenta de acompanhamento de movimentação processual via "e-mail") do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, fizeram as primeiras inscrições para sustentação oral via *internet* (na sessão do Pleno do Tribunal).

- TRANSMISSÃO DA SESSÃO DO PLENO

Em 17 de janeiro de 2008 foi transmitida, ao vivo, por meio da *internet,* a primeira sessão do Pleno.

- SISPAE (SISTEMA DE PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO)

Em 1º de fevereiro de 2008, a Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional do Trabalho implantou o sistema que permite o envio e acompanhamento de requerimentos (protocolos) de forma eletrônica.

- CONSULTA DE PROTOCOLO NA *INTERNET* E *INTRANET*

Em 06 de fevereiro de 2008 as consultas de protocolo passaram a ser feitas na *Internet* e *Intranet, tendo o*s magistrados, servidores, advogados e partes acesso também às peças juntadas eletronicamente.

- ASSINATURA DIGITAL DAS PORTARIAS E ORDEM DE SERVIÇO

Em 06 de fevereiro de 2008 as portarias ou ordens de serviço preparadas pela chefia de gabinete da presidência passaram a ser assinadas digitalmente.

- INFOJUD

Em 22 de fevereiro de 2008 os Juízes do Tribunal cadastrados no Sistema da Receita Federal, mediante assinatura digital, passaram a consultar CPF e CNPJ das partes.

- DOMÍNIO .JUS.BR

Em cumprimento a Resolução Nº 45, de 17 de dezembro de 2007, do Conselho Nacional de Justiça, o endereço da internet do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, em 25 de fevereiro de 2008, mudou para: http://www.trt13.jus.br.

- REQUISITÓRIO DE PRECATÓRIO ELETRÔNICO

Em 03 de março de 2008 foi disponibilizado o Sistema de Requisitório de Precatório Eletrônico. Regulamentado pelo provimento TRT SCR Nº 01/2008. Este sistema, pioneiro no Brasil permite que os precatórios tramitem da Vara do Trabalho, passando pelo TRT (Serviço de Expedição e Acompanhamento de Precatório), Ministério Público do Trabalho e Advocacia Geral da União de forma totalmente eletrônica, sem a materialização de nenhuma peça processual.

- CARTA PRECATÓRIA DIGITAL

Em 03 de março de 2008 foi disponibilizado dentro do SUAP o módulo de Carta Precatória Digital. Regulamentado pelo provimento TRT SCR Nº 02/2008. Este sistema

permite que as Cartas Precatórias expedidas dentro da 13ª Região tramitem por meio do SUAP em procedimentos totalmente eletrônicos.

- NOVA CONSULTA PROCESSUAL

Entrou em produção no dia 03 de março de 2008 a nova consulta processual. O serviço proporciona aos jurisdicionados, além dos serviços existentes atualmente, recursos como filtro de tramitação (só despachos, só decisões, só protocolos). Todos os dados do processo estão disponíveis: rito, estado, setor, fase, situação, número de folhas, data de ajuizamento e classes do processo. Além da possibilidade do jurisdicionado atualizar as parcelas do pagamento, com base nas tabelas do TST.

- CONSULTA DE SENTENÇA POR MEIO DO E-JUS

Em 28 de março de 2008 os Magistrados do Tribunal passaram a consultar na hora da Sessão do Pleno as sentenças dos processos de 1ª Instância em pauta de julgamento. Este sistema auxilia o e-jus na hora da Sessão.

- CONSULTA DAS PAUTAS DAS TURMAS

Em 19 de março de 2008 foi disponibilizado no sítio do Tribunal (www.trt13.jus.br), Portal de Serviços, a consulta às pautas de julgamento das turmas e das sessões do Egrégio Tribunal Pleno.

- E-MAIL COM NOVA EXTENSÃO

Em 24 de março os e-mails do TRT13 passaram a ter o sobrenome .JUS.BR.

- PORTAL DA ESCOLA JUDICIAL

Em 04 de abril de 2008 a Secretaria de Tecnologia da Informação, em parceria, lançou no sítio do TRT, o portal da Escola Judicial, disponibilizando o acesso a juízes e servidores às informações da Escola.

- III FÓRUM DE INFORMÁTICA

Nos dias 24 e 25 de abril de 2008 a Secretaria de Tecnologia da Informação dando continuidade à política de atualização dos recursos de informática para primeira Instância e valorizando os magistrados, servidores e usuários da Justiça do Trabalho, realizou o III Fórum de Informática na cidade Patos.

- SISTEMA DE CÁLCULOS PARA OS GABINETES DOS JUÍZES

Em 18 de abril de 2008 foi disponibilizado o sistema que permite aos gabinetes dos Juízes do Tribunal recuperação da planilha de cálculo efetuada na primeira instancia possibilitando sua alteração.

- PORTAL DE SERVIÇOS NA INTERNET

Entrou em produção no dia 28 de abril de 2008 o Portal de Serviços do TRT, desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação, especialmente direcionado aos advogados, visando possibilitar a realização de inúmeros serviços, antes possível apenas nas Varas do Trabalho ou na sede do Tribunal. O Portal de Serviços está disponível no endereço do TRT (www.trt13.jus.br) e integrou todos os serviços *on-line* oferecidos pelo Regional: Sistema p*ush*, consulta processual, atualização de cálculos; fotos de bens penhorados, protocolo, pautas, jurisprudência, tabela de prazos, recurso de revista, ementário de acórdãos publicados, diário da justiça eletrônico, diário da justiça da união, inscrição para sustentação oral, protocolo digital e peticionamento eletrônico da inicial.

- VARA DO TRABALHO ELETRÔNICA DE SANTA RITA

Em 16 de maio de 2008 foi implantada no TRT13 a primeira Vara do Trabalho Eletrônica do Brasil. A Vara do Trabalho de Santa Rita, na qual todos os procedimentos efetuados nos processos são eletrônicos.

- REQUISITÓRIO DE PRECATÓRIO – CONSULTA NA INTERNET

Em 16 de maio de 2008 foi disponibilizado na *internet* a consulta do processo com sequêncial (40) precatório eletrônico, com acesso a todas as peças do (00) principal.

- PRIMEIRO PRECATÓRIO ELETRÔNICO DO PAÍS

Em 16 de maio de 2008 a Juíza Presidente do Tribunal assinou o primeiro processo classe PRECATÓRIO totalmente eletrônico. Processo nº 00127.2005.023.13.40-9.

- ATUALIZAÇÃO DOS COMPUTADORES NA SEDE DO TRT

Em 02 de junho de 2008 teve início a substituição dos computadores da sede do Tribunal. TODAS as máquinas dos Gabinetes dos Juízes foram trocados. Nos setores Judiciários e Administrativos foram substituídos todos os computadores com configuração antiga. Com esta atualização os equipamentos do TRT ficaram com memória RAM mínima de 1 Giga Byte.

- DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO (D_E-JT)

Em 17 de junho foi publicada a primeira edição do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho. O projeto desenvolvido em parceria com a Coordenadoria de Publicação e Informação disponibilizará as intimações de Atos Processuais e Administrativos do Tribunal, ressalvados aqueles em que a lei processual exija a intimação pessoal e no *jus postulandi,* que seguirão a via convencional utilizada em cada Secretaria.

- PRIMEIRO PROCESSO ELETRÔNICO NA SEDE DO TRT

Em 17 de junho foi autuada no Serviço de Cadastramento Processual do TRT13 a primeira Matéria Administrativa Eletrônica, oriunda do Sistema de Protocolo Administrativo Eletrônico (SISPAE). Processo nº 00191.2008.000.13.00-4-e.

- CONSULTA PROCESSUAL COM FOTO DO BEM PENHORADA

Desde 18 de junho de 2008 os processos que possuem bens penhorados com fotografia estão disponíveis para consulta na *Internet.* Processo 796.2007.05.13.

- IMPLANTAÇÃO DO *BR OFFICE*

Em 30 de junho de 2008 a Secretaria de Tecnologia da Informação iniciou os treinamentos e substituição do pacote *Microsoft Office* em todas as Varas da 13ª Região. O cronograma estende-se até o final do ano, quando teremos definitivamente treinados os servidores das Varas e da sede do TRT e adotado o pacote *BrOffice.*

Esta ação tem como objetivo principal substituir as cópias do *Microsoft Office* sem licença de uso e atender determinação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

- PRIMEIRO RECURSO ELETRÔNICO ORIUNDO DA VARA ELETRÔNICA DE SANTA RITA

No dia 08 de julho de 2008, o Serviço de Cadastramento Processual autuou o primeiro Recurso Ordinário originário da Vara do Trabalho Eletrônica de Santa Rita. O

recurso teve como Relator o Juiz Afrânio Neves e Revisor o Juiz Carlos Coelho de Miranda Freire.

- SEGURANÇA NOS *SITES* DO TRT

Em 17 de julho de 2008, o Regional firmou convênio com a Caixa Econômica, o que permitiu a Secretaria de Tecnologia da Informação, por meio da Divisão de Segurança da Informação da Coordenação de Tecnologia e Suporte Técnico, realizar a substituição dos certificados digitais dos sites do Tribunal Regional do Trabalho por certificados emitidos pela Autoridade Certificadora da Caixa Econômica Federal (AC-Caixa JUS), proporcionando maior segurança aos serviços disponibilizados nos sites do Tribunal, uma vez que garantem a identificação, a privacidade e a integridade dos dados que trafegam entre o navegador do usuário e o servidor *web*.

- JULGAMENTO DO PRIMEIRO RECURSO ELETRÔNICO

Em 20 de agosto de 2008, numa sessão histórica, a Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba julgou o primeiro recurso em processo totalmente eletrônico. Por maioria de votos os juízes do TRT decidiram pela manutenção da sentença do juiz da Vara do Trabalho de Santa Rita. (Processo 00272.2008.027.13.00.)

- NOVA VERSÃO DO SUAP – OFICIAL DE JUSTIÇA

Em 22 de agosto de 2008, uma nova versão do SUAP entrou em produção para controlar as diligências dos Oficiais de Justiça. Nesta versão o Oficial cadastra as diligências informando as distâncias percorridas. O relatório é enviado automaticamente para o Serviço de Administração de Pagamento de Pessoal que alimenta a folha de pagamento e calcula o adicional de transporte devido.

- POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Os Atos TRT GP Nº 215/2008 (correio eletrônico), 216/2008 (estações de trabalho) e 217/2008 (Internet), foram assinados eletronicamente pela Presidente instituindo no âmbito do TRT13 as políticas de segurança da informação.

- NOVA JURISPRUDÊNCIA

Acessado via Portal de Serviços do “website” do Tribunal (www.trt13.jus.br) permite a realização de pesquisas avançadas, ou seja, poderá o usuário direcionar sua busca para apenas um órgão julgador, um determinado juiz, por períodos de tempo ou mesmo por tipo de processo, sendo também possível uma conjugação desses parâmetros de busca. A atualização do banco de dados é automática e dar-se-á mediante a publicação das decisões no Diário da Justiça Eletrônico. Este serviço entrou em produção no dia 16/09/2008.

- SEGUNDA VARA DO TRABALHO ELETRÔNICA DE SANTA RITA

Inaugurado em 16 de setembro de 2008 o Fórum de Santa Rita (Vara, Distribuição e Central de Mandados) onde o processo tramita do início ao final sem uma única folha de papel, sem uma impressão sequer. É o primeiro 100% eletrônico do Brasil.

- NOVA CONSULTA PROCESSUAL

Nos termos da Lei nº 11.419/2006, art. 11, § 6º, a partir de 01/10/2008, os documentos digitalizados, juntados em processo eletrônico, somente poderão ser acessados por meio da *internet* pelas respectivas partes e o Ministério Público, respeitado

o disposto em lei para as situações de sigilo e de segredo de justiça. Por sua vez, os advogados terão vista dos autos eletrônicos, nos limites da Lei nº 8.906/1994. Para que o usuário se beneficie desse serviço, é necessário o seu cadastramento no PORTAL DE SERVIÇOS.

- INSTITUIÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO POR MEIO DE LEILÃO ELETRÔNICO

Em 14/11/2008 foi instituída a modalidade de licitação por meio de leilão eletrônico na realização das hastas públicas de bens penhorados em processos de execução no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (ATO TRT GP Nº 280/08, de 14.11.08).

Conclusão:

Infere-se, das ações acima arroladas, que muito foi realizado na área da tecnologia e da informação.

Das inúmeras ações desenvolvidas nesta área específica, merece destacar a implantação de sistemas informatizados que dispensam a necessidade de materialização de qualquer peça processual, tais como: Sistema de Requisitório de Precatório Eletrônico, ressalte-se, pioneiro em todo o país e a Carta Precatória Digital.

Merece destaque, ainda, a assinatura, em 16 de maio de 2008, do primeiro processo classe PRECATÓRIO totalmente eletrônico do país (Processo nº 00127.2005.23.13.40-9), pela então Juíza Presidente deste Tribunal, Dra. Ana Clara de Jesus Maroja Nóbrega.

Da mesma forma, não há como olvidar da publicação, no dia 17 de junho de 2008, da primeira edição do *Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho* que passou a disponibilizar as intimações de atos processuais e administrativos do Tribunal, ressalvados aqueles em que a lei processual exija a intimação pessoal e do *jus postulandi,* que seguem a via convencional utilizada em cada Secretaria.

Por fim, ficará talhado nos anais da Justiça do Trabalho Brasileira, um dos maiores feitos, senão o maior, da história deste Regional, qual seja, a implantação, em 16 de maio de 2008, da primeira Vara do Trabalho Eletrônica do Brasil — a Vara do Trabalho de Santa Rita —, cujo funcionamento é totalmente eletrônico.

Comporta ressaltar que a implantação da referida vara foi alvo de comentários em todo o país, tendo sido, inclusive, destacado pelo Ministro do Tribunal Superior do Trabalho João Orestes Dalazen, Corrregedor-Geral da Justiça do Trabalho em entrevista gravada no dia 13/09/2009 para o programa Justiça e Cidadania (TV Justiça).

Entretanto, este TRT precisa aperfeiçoar ainda mais o nível de conhecimento no que diz respeito aos procedimentos eletrônicos, bem como a tecnologia de que hoje dispõe, de forma a atingir novos tipos de serviços e ferramentas cada vez mais avançados e sofisticados.

Por fim, convém deixar consignado que este Tribunal Regional do Trabalho, sem qualquer resquício de dúvida, se manterá firme na luta incessante da busca de melhores soluções que permitam oferecer um serviço cada vez mais eficiente aos magistrados, servidores e jurisdicionados que se servem desta Corte Laboral.

Nesse matiz, deverá manter-se fiel a dois princípios basilares: primeiro, o de que a informática é uma ferramenta poderosa e que deve ser utilizada de forma intensiva e racional com vistas à obtenção de novos horizontes e, segundo, o fato de que a 13ª Região não pode, em hipótese alguma, perder a significativa posição que conquistou no cenário da Justiça do Trabalho.

2.1.2.3 Programa: 02.128.0571.4091.0001 - Capacitação de Recursos Humanos

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	RAP.	% UTILIZADA
339000	CUSTEIO	320.000,00	261.714,96			58.285,04	81,7859%
TOTAL		**320.000,00**	**261.714,96**	**0,00**	**0,00**	**58.285,04**	**81,7859%**

COD.	PROGRAMA 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	Unidade Medida	Meta prevista	Meta Realizada	% de Realização
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	1.007	343	34,06

2.1.2.3.1 Objetivo Geral

Constitui objetivo deste programa administrar as despesas concernentes à qualificação do quadro funcional por meio da ação de promoção e valorização profissional dos servidores e magistrados.

2.1.2.3.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária

A meta física prevista na Lei Orçamentária Anual destinava-se a capacitar 1.007 servidores, com uma dotação inicial de R$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais).

2.1.2.3.3 Metas físicas e financeiras realizadas

Conforme descrito no quadro acima as dotações orçamentárias no exercício sob relato, referentes ao Programa de Capacitação de Pessoal, não foram utilizadas em sua totalidade, ou seja, foram realizadas despesas no montante de R$ 261.714,96 (duzentos e sessenta e um mil, setecentos e catorze reais e noventa e seis centavos), o que corresponde a 81,7859%, ficando inscrito em Restos a Pagar um total de R$ 58.285,04 (cinquenta e oito mil, duzentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos).

Quanto à meta física, consta no SIGPLAN como realizada apenas 343, das 1007 previstas no na lei Orçamentária Anual.

2.1.2.3.4 Avaliação do resultado

O não cumprimento da meta física estabelecida na Lei Orçamentária Anual e constante do SIGPLAN, conforme descrito no item 2.1.2.3.3, deve-se ao fato de que este TRT registrau apenas os eventos de capacitação que utilizaram recursos orçamentários para o pagamento das inscrições em cursos e treinamentos contratados junto a pessoas físicas e jurídicas, não computando-se os demais.

A Administração do TRT concluiu, entretanto, como satisfatória a avaliação do resultado nesta ação, uma vez que durante o exercício foram implementadas várias ações objetivando alcance de um padrão de excelência nos serviços que desenvolveu no tocante à profissionalização, capacitação, motivação e ao bem-estar dos servidores do quadro de pessoal.

Nesse matiz, foi amplamente utilizado no TRT o sistema de instrutoria interna, a implementação de parcerias com Órgãos e Instituições públicas, com o estabelecimento de vagas em cursos e treinamentos oferecidos, bem como a promoção de eventos sem o comprometimento de dotações orçamentárias.

Apesar de não haver dispêndio de recursos orçamentários diretamente, nesses eventos foram utilizadas dotações alocadas nesta rubrica para o custeio de diárias e passagens, necessárias ao deslocamento de servidores, instrutores e palestrantes, o que culminou com a participação de 1.417 participantes no Projeto Sexta-feira e 1.668 nos cursos de capacitação de modo geral.

A seguir estão relacionadas as principais realizações implementadas com a descrição sucinta do referido programa, com destaque para o Projeto Sexta-feira, Ensino à Distância, RH Cuidando de Você e o 1º Fórum de Recursos Humanos:

PROJETO SEXTA-FEIRA

Durante o ano de 2008 foi dado prosseguimento aos trabalhos atinentes ao Projeto Sexta-Feira, alcançado-se excelentes resultados, na medida em que possibilitou, de forma sistemática, oferecer a toda comunidade de servidores deste Regional excelentes palestras, com temas atuais e palpitantes, sem qualquer custo para o Tribunal.

No exercício e questão, o projeto foi estendido, de forma sistemática e perene ao Fórum de Campina Grande, atingindo um público médio mensal de 42 servidores, totalizando 336 servidores treinados.

DEMONSTRATIVO DO PROJETO SEXTA FEIRA

LOCAL DE REALIZAÇÃO: FORUM MAXIMIANO FIGUEIREDO

(JOÃO PESSOA)

PALESTRAS	DATA	PALESTRANTES	Nº DE PARTICIPANTES
1. ANÁLISE CRITICA DA JURISPRUDÊNCIA DO TST E STF EM RELAÇÃO Á APLICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS Á RELAÇÃO DO TRABALHO	29/02/2008	JUIZ EDUARDO SÉRGIO DE ALMEIDA	134
2. SUAP – PROCESSO ELETRÕNICO (DA VARA AO TST)	28/03/2008	MAX FREDERICO GUEDES PEREIA E AGENOR COSTA	127
3. DEPÓSITO JUDICIAIS – INTERLIGAÇÃO COM OS TRIBUNAIS	25/04/2008	MARCOS MARQUES	62
4. ASSÉDIO SEXUAL, MORAL E PROCESSUAL NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE EMPEGO	30/05/2008	PROF. FRANCISCO JOSÉ GARCIA DE FIGUEIREDO	222
5. PERSPECTIVA DO NOVO PERFIL PROFISSIONAL DSO SERVIDORES NAS VARAS DO TRABALHO	26/06/2008	JUIZ LINDINALDO SILVA MARINHO	107
6. “REFLEXÕES SOBRE O CUMPRIMETO DA SENTENÇA NO PROCESSO DO TRABALHO”	25/07/2008	JUIZ SÉRGIO CABRAL DOS REIS	111
7.INFLUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS NAS DECISÕES JUDICIAIS”		DRAS. WANIA CLAUDIA G. DI LORENZO E JULIANA TOLEDO ROCHA	82
8.INTRODUÇÃO AO DIREITO AMBIENTAL	26/09/2008	PROF. TALDEN FARIAS	77
9.TUTELA ANTIDISCRIMINATÓRIA E RELAÇÕES DE TRABALHO	31/10/2008	JUÍZA ROBERTA DE PAIVA SALDANHA	91

10. O PROCEDIMENTO COMO GARANTIA DO DIREITO PROCESSUAL LEGAL	28/11/2008	JUIZ PAULO AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS FILHO	68
TOTAL DE PARTICIPANTES.....1081			

DEMONSTRATIVO DO PROJETO SEXTA FEIRA EM CAMPINA GRANDE

AUDITÓRIO DO FÓRUM IRENEO JOFILLY FILHO

PALESTRAS	DATA	PALESTRANTES	Nº DE PARTICIPANTES
1. SUAP – PROCESSO ELETRÔNICO (DA VARA AO TST)	11/04/2008	MAX FREDERICO GUEDES PEREIRA E AGENOR COSTA	64
2. A MELHORIA CONTÍNUA EM ÉPOCA DE RUPTURAS	15/05/2008	GONÇALO DE SOUSA PONTES JÚNIOR	43
3. ASSÉDIO SEXUAL, MORAL E PROCESSUAL NO ÁMBITO DAS RELAÇÕES DE EMPREGO	20/06/2008	PROF. FRANCISCO JOSÉ GARCIA DE FIGUEIREDO	47
4. PERSPECTIVA DO NOVO PERFIL PROFISSIONAL DSO SERVIDORES NAS VARAS DO TRABALHO	18/07/2008	JUIZ LINDINALDO SILVA MARINHO	46
5. "REFLEXÕES SOBRE O CUMPRIMETO DA SENTENÇA NO PROCESSO DO TRABALHO"	20/08/2008	JUIZ SÉRGIO CABRAL DOS REIS	32
6.INFLUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS NAS DECISÕES JUDICIAIS	12/09/2008	DRAS. WANIA CLAUDIA G. DI LORENZO E JULIANA TOLEDO ROCHA	24
7.INTRODUÇÃO AO DIREITO AMBIENTAL	17/10/2008	PROF. TALDEN FARIAS	46
8. TUTELA ANTIDISCRIMINATÓRIA E RELAÇÕES DE TRABALHO	27/11/2008	JUÍZA ROBERTA DE PAIVA SALDANHA	34
TOTAL DE PARTICIPANTES.....336			

CURSOS DE CAPACITAÇÃO

CURSOS REALIZADOS E QUANTITATIVO DE SERVIDORES TREINADOS

NOME DO CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	QUALIFICADOS	LOCAL DE REALIZAÇÃO
SISTEMA DE PROTOCOLO ADMINISTATIVO ELETRÔNICO	04	16/01/08	15	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
SISTEMA DE PROTOCOLO ADMINISTATIVO ELETRÔNICO	04	17/01/08	10	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
I FÓRUM DE GESTÃO DE PESSOAS	09	21 A 22/01	139	AUDITÓRIO DO FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
1º ANO DE GESTÃO – PROJETOS DA SEINF	04	23/01	59	AUDITÓRIO DO FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
QUALIDADE DE VIDA E ESTRESSE SOB CONTROLE	02	08/02	20	FÓRUM IRENÊO JOFFILY FILHO
DESENVOLVIMENTO GERENCIAL PARA GESTORES	48	04 A 27/03	31	MAXIMINIANO DE FIGUEIREDO
CARTA PRECATÓRIA DIGITAL E REQUISITÓRIO DE PRECATÓRIO ELETRÔNICO	04	19 A 28/02	241	INTERIOR E CAPITAL
CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA- PLANILHA DO TST	30	10 A 14/03	04	VARA DE CAJAZEIRAS
PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL	02	03/04	40	FORUM IRENEO JOFFILY FILHO – C. GRANDE
DIÁRIO OFICIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO ELETRÔNICO (PALESTRA)	03	09/04	60	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
III FÓRUM DE INFORMÁTICA	12	24 A 25/04	27	VT/PATOS
SENSIBILIZAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO Á DISTÂNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO (PALESTRA)	01	28/04	35	AUDITÓRIO DO FÓRUM MAXIMINIANO DE FIGUEIREDO
PROJETO DE EDUCAÇÃO Á DISTÂNCIA DA JUSTIÇA DO	05	28/04	07	AUDITÓRIO DO FÓRUM MAXIMINIANO DE FIGUEIREDO

TRABALHO				
10º PREMIO NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA	06	30/04	02	BRASÍLIA
I FÓRUM SOCIAL DA JUSTIÇA DO TRABLHO	08	06/05	33	AUDITÓRIO DO FÓRUM MAXIMINIANO DE FIGUEIREDO
MÓDULO DO SUAP – BUREAU DIGITAL	02	09/05	46	FÓRUM MAXIMINIANO DE FIGUEIREDO
CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA	24	26 A 28/05	01	BRASÍLIA - DF
1ª JORNADA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	06	27/05	54	FÓRUM MAXIMINIANO DE FIGUEIREDO
EXECUÇÃO TRABALHISTA		29/05 A 12/06	55	CAMPINA GRANDE
SEMINÁRIO CONIP JUDICIARIO MELHORES PRÁTICAS	08	02 A 03/06	02	SÃO PAULO
CURSO BÁSICO DE FLUXOGRAMA	09	02 A 04/06	10	FÓRUM MAXIMIANO FIGUEIREDO
XIII ENCONTRO DE DIRETORES GERAIS E O IV ENCONTRO DE RECURSOS HUMANOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	24	04 A 06/06	02	SÃO PAULO
I CONGRESSO BRASILEIRO JML DE GESTÃO PÚBLICA	24	09 A 11/06	02	CURITIBA - PR
XVIII ENPARH- ENCONTRO PARAIBANO DE RECURSOS HUMANOS	16	12 A 13/06	02	HOTEL TAMBAÚ JOÃO PESSOA
MÓDULO DO SUAP –BUREAU DIGITAL	02	18/06/2008	31	FÓRUM MAXIMINIANO DE FIGUEIREDO
LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS: QUESTÕES TÉCNICAS E JURÍDICAS	16	19 A 20/06	27	FÓRUM MAXIMINIANO DE FIGUEIREDO
V SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	40	23 A 27/06	01	FORTALEZA - CE
II ENCONTRO NACIONAL SOBRE AS TABELAS UNIFICADAS DO PODER JUDICIARIO	16	25 A 26/06	01	BRASÍLIA-DF
FORMAÇÃO DE COORDENADORES DA QUALIDADE	24	25 A 27/06	01	SALVADOR - BA
GESTÃO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	24	25 A 28/06	02	JOÃO PESSOA
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	30/06 A 01/07	03	PICUÍ
TREINAMENTO PARA RECÉM NOMEADOS	08	01 A 02/07	04	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
REUNIÃO DO SIGA –SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	21	02 A 04/07	01	RIO DE JANEIRO
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	01 A 03/07	06	ITABAIANA
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	02 A 03/07	05	AREIA
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	07 A 08/07	06	TAPEROÁ
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	07 A 09/07	10	GUARABIRA
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	08 A 10/07	11	PATOS
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	09 A 10/07	07	MONTEIRO
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	14 A 15/07	06	CATOLÉ DO ROCHA
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	15 A 17/07	06	CAJAZEIRAS
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	16 A 17/07	08	SOUSA
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	23 A 25/07	09	SANTA RITA
CURSO DE CRIATÉGIA BÁSICO	60	28/07 A 02/08	01	SÃO PAULO
ATUALIZAÇÃO EM LINGUA	32	28/07 A 08/08	20	FÓRUM MAXIMIANO DE

PORTUGUESA				FIGUEIREDO
PALESTRA: DESPERTE PARA O ESPETÁCULO DA VIDA	2	08/08/2008	66	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
BSC – BALANCED SCORECARD E GESTÃO ESTRATÉGICA	40	11 a 15/08	04	SÃO PAULO
CÁLCULOS JUDICIAIS	30	12 A 15/08	02	SOUSA - PB
ATUALIZAÇÃO EM LINGUA PORTUGUESA	32	12 A 22/08	42	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS DA GESTÃO PELA QUALIDADE	16	20 A 21/08	13	ASTRA
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	20 a 28/08	09	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
FORUM BRASILEIRO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	18	21 A 22/08	01	BRASÍLIA - DF
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	26 A 29/08	12	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
IX ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS E DOCUMENTALISTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	19	27 A 29/08	02	NATAL - RN
GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL NO SERVIÇO PÚBLICO	24	27 A 30/08	03	SÃO LUIS - MA
TABELAS PROCESSUAIS	16	28 A 29/08	02	BRASÍLIA - DF
MANEJO DO STRESS	6	28/08, 04/09 A 11/09	15	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
PROTEÇÃO E CONTROLE DO PATRIMÔNIO COM SEGURANÇA ELETRÔNICA	12	29 A 30/08	02	SÃO PAULO - SP
CONTRATAÇÃO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	24	01 A 03/09	03	CURITIBA - PR
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE ÍNDOLE SOCIAL NO SÉCULO XXI	12	03 A 05/09	07	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
ATUALIZAÇÃO EM LINGUA PORTUGUESA	32	01 A 12/09	24	AUDITÓRIO DA ASTRA
MANEJO DO STRESS	06	02, 09 e 16/09	25	AUDITÓRIO DA ASTRA
III ENCONTRO NACIONAL DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	01	04 e 05/09	16	TRT – 6ª REGIÃO RECIFE - PE
AS NOVAS REGRAS PARA AS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	16	08 A 10/09	01	RECIFE - PE
SUAP – VARA ELETRÔNICA	17	08 A 11/09	18	SANTA RITA
INFOIMAGEM 2008	24	09 A 11/09	02	SÃO PAULO - SP
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	03 A 11/09	13	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	09 A 12/09	10	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
CURSO PRÁTICO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS E O CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	20	09 A 12/09	02	BRASÍLIA -DF
AS NOVAS FERRAMENTAS ELETRÔNICAS	4	10 A 11/09	19	CAMPINA GRANDE - PB
TOMADA DE CONTAS, TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS, PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	24	16 A 19/09	02	NATAL - RN
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	16 A 19/09	12	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
ATUALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA	16	18 e 19/09	08	VT PATOS
A DEONTOLOGIA DA MAGISTRATURA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	12	18 e 19/09	16	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
III ENCONTRO NACIONAL DA REDE INFOSEG	30	23 A 26/09	01	BRASÍLIA - DF
REDAÇÃO OFICIAL	16	23 A 29/09	24	AUDITÓRIO DA ASTRA
I SEMINÁRIO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO PODER JUDICIÁRIO	08	24/09/2008	01	BRASÍLIA - DF

XI ENCONTRO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS JUDICIÁRIOS DOS TRIBUNAIS DO TRABALHO	20	24 A 26/09	02	BRASÍLIA - DF
APOSENTADORIA E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO:ASPECTOS RELEVANTES E ATUAIS	24	24 A 27/09	06	JOÃO PESSOA - PB
PROCEDIMENTOS E ROTINAS PARA A PRÁTICA DO CERIMONIAL PÚBLICO, PROTOCOLO E EVENTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	20	24 A 27/09	02	JOÃO PESSOA - PB
ENCONTRO DOS ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	12	09 A 10/10	01	CUIABÁ - MT
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	30/09 A 07/10	11	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO – À DISTÂNCIA	07	06 A 10/10	-	ITABAIANA/ CAMPINA GRANDE/ CAJAZEIRAS
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	14 A 17/10	14	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO	12	15 A 23/10	15	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
XX II CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	30	08 A 10/10	01	BRASÍLIA – DF
BR OFFICE E CALC – EDITOR DE TEXTO E PLANILHA ELETRÔNICA	12	21 A 24/10	14	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
ATUALIZAÇÃO EM LINGUA PORTUGUESA	16	21 A 24/10	30	FORUM IRENEO JOFFILY
ATUALIZAÇÃO EM LINGUA PORTUGUESA	32	29/10 A 11/11	14	AUDITORIO DA ASTRA – J. PESSOA
BR OFFICE WRITER-EDITOR DE TEXTO – À DISTÂNCIA	02	31/10 A 04/11	-----	AREIA / 4ª VT C. GRANDE
BR OFFICE E CALC – EDITOR DE TEXTO E PLANILHA ELETRÔNICA	12	04 A 07/11	14	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
BR OFFICE E CALC – EDITOR DE TEXTO E PLANILHA ELETRÔNICA	12	05 A 13/11	15	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
BR OFFICE E CALC – EDITOR DE TEXTO E PLANILHA ELETRÔNICA	12	11 A 14/11	14	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
BR OFFICE E CALC – EDITOR DE TEXTO E PLANILHA ELETRÔNICA	12	18 A 21/11	15	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
IV CONBRASCOM – CONGRESSO BRASILEIRO DOS ASSESSORES DE COMUNICAÇÃO DA JUSTIÇA	30	11 A 14/11	01	FLORIANÓPOLIS - SC
INSTALAÇÕES ELETRICAS, PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS E SOBRE A NR 10	32	30, 31/10, 06 e 07/11	09	JOÃO PESSOA
INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS	60	13/10 A 17/11	06	JOÃO PESSOA - PB
MANEJO DO STRESS	06	18 e 25/11 e 02/12	12	JOÃO PESSOA (ASTRA)
MANEJO DO STRESS	09	19 A 20/11	12	C.GRANDE
BR OFFICE E CALC – EDITOR DE TEXTO E PLANILHA ELETRÔNICA	12	19 A 27/11	12	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
HEARTSAVER DEA (CURSO DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA EM CARDIOLOGIA PARA NÃO PROFISSIONAIS DE SAÚDE)	04	21/11	18	JOÃO PESSOA
AUTO CAD REVIT ARCHITECTURE	30	24 A 28/11	03	JOÃO PESSOA – PB
BR OFFICE E CALC – EDITOR DE TEXTO E PLANILHA ELETRÔNICA	12	25 A 28/11	17	FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	16	27 A 28/11	02	BRASÍLIA – DF
CAPACITAÇÃO PARA AGENTES DE SEGURANÇA	60	10,17,24,31/10 e 07, 21 E 28/11	37	CENTRO DE ENSINO DA POLÍCIA MILITAR
TOTAL	**1681**	**----------**	**1668**	**---------**

ENSINO À DISTÂNCIA

O Projeto Rompendo Distâncias do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região foi implantado em setembro de 2008 e até o final do ano foram ministrados três cursos sobre o novo editor de texto *BrOffice* para servidores das Varas do interior.

Um dos principais objetivos do projeto é levar conhecimento ao maior número possível de servidores, principalmente das novas ferramentas de informática adotadas pelo TRT.

BOLSA DE ESTUDOS PARA ESPECIALIZAÇÃO

Foi dado continuidade ao Programa de Bolsas de Estudo, como forma de incentivar o servidor a voltar aos bancos escolares. Tal programa se constitui na concessão a servidores deste Regional, por parte deste Tribunal, de bolsas para custear 50% (cinqüenta por cento) do valor das mensalidades de cursos de especialização.

PROGRAMA RH CUIDANDO DE VOCÊ

Este, na verdade, foi o principal projeto na área de Gestão de Pessoas no ano de 2008.

O referido programa tem por finalidade possibilitar que a Secretaria de Gestão de Pessoas, em parceria com o Serviço de Saúde, desenvolvam ações pró-ativas referentes ao bem-estar pessoal e profissional dos magistrados e servidores, sua saúde e suas condições de trabalho, visando uma melhoria contínua na qualidade de vida dos mesmos.

Implantado através do Ato TRT GP nº 16/2008, o Programa RH Cuidando de Você é composto de 10 sub-programas, relacionados a seguir:

a) PROGRAMA DE APOIO SÓCIO-FUNCIONAL

Composto por uma equipe multifuncional de 06 membros, sendo um Médico, um Psicólogo, um Fisioterapeuta, um Nutricionista, um membro da Chefia de Gabinete da Presidência e um da Secretaria de Gestão de Pessoas, tem como objetivo:

- Proceder avaliação social e psico-social dos servidores que apresentem problemas de relacionamento no local de trabalho.

- Acompanhar os casos de absenteísmo não justificado e inassiduidade habitual, visando orientar os servidores e familiares deste na busca de alternativas que solucionem o problema, evitando medidas administrativas contra o servidor e maiores prejuízos para o Tribunal.

- Atuar junto aos portadores de doenças psiquiátricas não incapacitantes para o trabalho, especialmente no que concerne a uma melhor adaptação laboral à sua patologia.

b) PROGRAMA DE GESTÃO FINANCEIRA

Tem por finalidade desenvolver ações educativas voltadas para o magistrado ou servidor, expondo as oportunidades de investimentos financeiros e patrimoniais que possibilitem retorno de baixo risco, bem como orienta esse mesmo público quando envolto em dificuldades financeiras ou endividamento sistemático, provenientes de influências culturais próprias de uma sociedade de consumo.

c) PROGRAMA BANCO DE TALENTOS

Objetiva primordialmente disponibilizar a todos os gestores da 13ª Região o perfil profissional dos servidores, de acordo com os dados constantes na Secretaria de Recursos Humanos (atual SEGEPE).

Inicialmente, esta ferramenta foi disponibilizada apenas para os gestores, onde os mesmos consultam o nível de escolaridade dos servidores, cursos e treinamentos realizados, cargos e funções comissionadas exercidas, experiências profissionais e habilidades específicas, tendo como base tanto o nome do servidor, como a especialidade acadêmica.

Atualmente os servidores também podem acessar os dados disponíveis no sistema sobre a sua formação acadêmica e cursos de capacitação registrados em seus assentamentos funcionais.

d) PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA

O Programa tem por finalidade preparar os magistrados e servidores, no momento que precede a aposentadoria e após a sua concessão, para uma aceitação positiva dessa nova fase, estimulando-lhes interesses, aptidões e necessidades, favorecendo-lhes uma maior qualidade de vida.

Podem participar do programa os servidores que estejam próximos de se aposentador ou que tenham idade acima de 50 anos.

Este programa objetiva preparar os funcionários dentro de uma visão interdisciplinar para essa fase de vida, proporcionando-lhes conhecimentos, reflexões e vivências relacionadas.

O programa tem encontros mensais com duração de 2h e colaboração de psicólogos, médicos, fisioterapeutas e nutricionista deste Regional.

e) PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO

O PCMSO tem como objetivo a preservação da saúde e o diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, bem como estabelecer diretrizes, condutas

e focos de ações no tocante às doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde que possam vir a afetar os magistrados e servidores desta instituição.

Compõem o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, a realização dos seguintes exames:

- Exame Médico Pré-admissional;

- Exame Médico Periódico;

- Exame de Retorno ao Trabalho;

- Exame de Mudança de Função;

- Exame por Motivo de Acidente de Trabalho, Doença Ocupacional ou Doença do Trabalho;

- Exame Demissional (ou de Exoneração).

f) PROGRAMA DE CONTROLE DE HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA

O Programa tem por missão desenvolver ações preventivas voltadas para o magistrado ou servidor expostos ao risco de adoecer, ou até mesmo chegar a óbito em decorrência das complicações ocasionadas pela HAS (Hipertensão Arterial Sistêmica) descompensada.

g) PROGRAMA DE CONTROLE A OBESIDADE

Tem por missão desenvolver ações voltadas para o magistrado ou servidor em decorrência das complicações ocasionadas pela obesidade.

- Público-alvo: servidores com IMC acima de 28.

- Objetivo: promover a educação nutricional, a fim de facilitar o controle da obesidade e suas co-morbidades.

h) PROGRAMA DE PREVENÇÃO AO ALCOOLISMO

Objetiva proporcionar ações preventivas, educativas e de controle do alcoolismo aos magistrados e servidores, assim como oferecer apoio psicossocial aos seus familiares.

Este programa tem por objetivo discutir temas ligados à dependência do álcool, com o intuito de provocar reflexões, não sendo, portanto, um grupo de psicoterapia. Podem participar os familiares de dependentes do álcool, bem como pessoas que se interessem por esse assunto. Os encontros são mensais, com duração de 2hs, e contam com a colaboração dos diferentes profissionais que integram este Regional.

i) PROGRAMA DE CONTROLE AO TABAGISMO

Tem por missão desenvolver ações no sentido de ampliar o conhecimento do magistrado e servidor em relação ao tabaco e seus efeitos maléficos à saúde, bem como apoiar o processo de cessação de fumar, reduzindo a prevalência de fumantes na instituição.

j) PROGRAMA DE CONTROLE E PREVENÇÃO DA LER/DORT

Tem por objetivo geral diminuir os índices de acometimento de LER (Lesões por Esforço Repetitivo) ou DORT (Distúrbios Osteomoleculares Relacionados ao Trabalho), enfatizando atividades de cunho educativo/preventivas aos magistrados/servidores, além de detectar e minimizar os fatores de risco existentes.

O programa de controle e prevenção à LER/DORT, coordenado pela Seção de Fisioterapia, foi lançado em conjunto com o PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional).

l) COMITÊ PERMANENTE DE ERGONOMIA

Composto de 05 (cinco) membros, sendo um Médico do Trabalho, um Fisioterapeuta, um Arquiteto, um representante dos magistrados e um representante dos servidores, a ele compete, obrigatoriamente, emitir parecer técnico nos processos de compra de mobiliário.

1º FÓRUM DE GESTÃO DE PESSOAS

No período compreendido entre 21 e 22 de janeiro de 2008, foi realizado o I Fórum de Gestão de Pessoas que teve por escopo, além de firmar perante os servidores da casa o novo perfil que se persegue na área de Gestão de Pessoas, o lançamento do Programa RH Cuidando de Você, que visa uma melhoria contínua na qualidade de vida dos servidores e magistrados deste Regional.

Além da prata da casa, também contribuíram para o sucesso do evento o Gerente de Negócios da Caixa Econômica Federal, o Sr. Flávio Uchoa e a Dra. Ana Cláudia Braga Mendonça, à época Chefe da Assessoria de Gestão de Pessoas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, tendo esta proferido a palestra de encerramento do Fórum.

JORNADA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Dando continuidade ao Programa RH Cuidando de Você, no dia 27 de maio de 2008 foi realizado neste Tribunal a 1ª Jornada de Educação Financeira.

O evento foi realizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas em parceria com a Credjust, o que possibilitou a contratação de um especialista para proferir palestras, oficinas e consultoria aos servidores.

CURSO DE MANEJO DO ESTRESSE

Como demonstração de que o principal foco da área de RH do Tribunal, atualmente, é cuidar do servidor, sem perder de vista os resultados almejados pela

sociedade, em agosto de 2008, foi iniciado um curso de Manejo do Estresse, ministrado pela Equipe da Seção de Fisioterapia.

No curso, foram abordados temas ligados ao estresse, em especial os efeitos danosos à saúde.

ESCOLA JUDICIAL

Com a presença do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Carlos Alberto Reis de Paula, passou a funcionar, em abril de 2008, a Escola Judicial e de Administração Judiciária do Tribunal Regional da Paraíba.

O ministro disse que as escolas são imprescindíveis à magistratura e, portanto, "indispensável a população". Em seu discurso, à época, a então presidente do TRT, Juíza Ana Clara de Jesus Maroja Nóbrega, destacou os novos tempos vividos pela Magistratura, onde a figura de juízes inacessíveis e frios foi oportunamente substituída pela de Juízes atentos aos desejos legítimos do cidadão e da sociedade.

A Escola Judicial busca o aprimoramento continuado dos juízes, ultrapassando os limites do saber jurídico e procurando encontrar novos horizontes.

2.1.2.4 Programa: 02.306.0571.2012.0001 - Auxílio Alimentação

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	SALDO	% UTILIZADA
339046	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	6.042.196,00	6.028.135,05			14.060,95	99,7673%
TOTAL		**6.042.196,00**	**6.028.135,05**	**0,00**	**0,00**	**14.060,95**	99,7673%

2.1.2.4.1 Objetivo Geral

Constitui objetivo deste programa cumprir determinação em legislação específica, concedendo o benefício-alimentação a todos os servidores do quadro permanente de pessoal deste Regional, normatizado internamente através dos Atos nº 317/93 e 110/94.

Neste Programa, foram atendidas as despesas com pagamento de auxílio-alimentação a todos os servidores ativos deste Regional.

2.1.2.4.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária

A meta física prevista na Lei Orçamentária Anual para este programa foi de 1.095 servidores atendidos, para uma dotação inicial de R$ 6.042.196,00 (seis milhões, quarenta e dois mil, cento e noventa e seis reais).

2.1.2.2.3 Metas físicas e financeiras realizadas

As dotações orçamentárias, em 2008, referentes ao Auxílio Alimentação aos Servidores foram realizadas num montante de R$ 6.028.135,05 (seis milhões, vinte e oito mil, cento e trinta e cinco reais e cinco centavos), equivalendo à utilização de 99,7673%

das dotações iniciais, restando um saldo de R$ 14.060,95 (catorze mil, sessenta reais e noventa e cinco centavos), o pagamento mensal corresponde um auxílio de R$ 590,00 (quinhentos e noventa reais).

2.1.2.2.4 Avaliação do resultado

O objetivo do programa foi totalmente atingido com a concessão do auxílio alimentação a todos os servidores do quadro permanente de pessoal do Regional, provendo, de forma parcial, o custeio com a alimentação de 1.029 servidores beneficiados com programa.

2.1.2.5 Programa: 02.331.0571.2011.0001 - Auxílio Transporte

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	SALDO	% UTILIZADA
339049	AUXÍLIO TRANSPORTE	9600	8.012,55	0,00		1.587,45	83,4641%
TOTAL		**9.600,00**	**8.012,55**	**0,00**	**0,00**	**1.587,45**	**83,4641%**

2.1.2.5.1 Objetivo Geral

Constitui objetivo deste programa proporcionar aos servidores que se enquadram na legislação atinente, a concessão de auxílio transporte.

O programa está normatizado internamente no Tribunal através do Resolução Administrativa120/98, alterada pela RA 131/98, e o valor da indenização está fixado em R$ 800,00 (oitocentos reais) mensais, conforme redação dada pelo Ato TRT GP Nº 175/2005.

2.1.2.5.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária

A meta física prevista na Lei Orçamentária Anual para este programa foi o atendimento a 08 servidores, para uma dotação inicial fixada em R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

2.1.2.5.3 Metas físicas e financeiras realizadas

As dotações orçamentárias, em 2008, referentes ao Auxílio Transporte aos servidores foram realizadas num montante de R$ 8.012,55 (oito mil, doze reias e cinquenta e cinco centavos), restando um saldo de R$ 1.587,45 (um mil, quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), o que correspondeu a um percentual de 100% dos servidores inscritos no programa e utilização de 83,4641% dos recursos alocados.

2.1.2.5.4 Avaliação do resultado

O objetivo do programa foi totalmente atingido com a concessão do auxílio transporte a todos os servidores do quadro permanente de pessoal do Regional que requereram o referido auxílio, provendo, de forma parcial, o custeio com transporte público coletivo.

2.1.2.6 Programa: 02.365.0571.2010.0001 - Assistência Pré-escolar

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	SALDO	% UTILIZADA
339008	AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR	468.000,00	446.160,40	0,00		21.839,60	95,3334%
TOTAL		**468.000,00**	**446.160,40**	**0,00**	**0,00**	**21.839,60**	**95,3334%**

2.1.2.6.1 Objetivo Geral

O objetivo deste programa constitui em prover os servidores de meios facilitadores do acesso à educação infantil de seus dependentes, sob forma de pecúnia, nos termo do artigo 208, inciso IV da constituição Federal.

O benefício de Assistência Pré-Escolar é concedido aos servidores ativos do TRT da 13ª Região, e tem por finalidade propiciar os meios necessários ao custeio dos serviços de berçário, maternal ou assemelhado, jardim de infância e pré-escola.

Normatizado internamente pelo Ato TRT GP 276/2008, o programa Assistência Pré-escolar contempla como beneficiários os dependentes dos servidores, filhos e menores sob guarda ou tutela judicial, na faixa etária compreendida entre o nascimento e cinco anos de idade.

2.1.2.6.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária

A meta física prevista na Lei Orçamentária Anual para este programa foi o atendimento a 310 criança, para uma dotação inicial fixada em R$ 468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais).

2.1.2.6.3 Metas físicas e financeiras realizadas

As dotações orçamentárias, em 2008, referentes ao programa Assistência Pré-escolar foram realizadas num montante de R$ 446.160,40 (quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e sessenta reais e quarenta centavos), restando um saldo de R$ 21.839,60 (vinte e um mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta centavos), com atendimento de 181 crianças, o que correspondeu a um percentual de 58,39% da meta prevista e utilização de 95,3334% dos recursos alocados.

2.1.2.6.4 Avaliação do resultado

O objetivo do programa foi totalmente atingido com a concessão do auxílio transporte a todos os servidores do quadro permanente de pessoal do Regional que requereram o referido auxílio, provendo, de forma parcial, o custeio de condições de atendimento aos dependentes dos servidores, que permitam: educação anterior ao ensino fundamental, com o objetivo de promover o desenvolvimento de sua personalidade e a sua integração ao ambiente social; condições para crescerem saudáveis, mediante assistência médica, alimentação e recreação adequadas; proteção à saúde, através da utilização de métodos próprios de vigilância sanitária e profilaxia; assistência afetiva, estímulos psicomotores e desenvolvimento de programas educativos específicos para cada faixa etária; condições para que se desenvolvam de acordo com suas características individuais, oferecendo-lhes ambiente favorável ao desenvolvimento da liberdade de expressão e da capacidade de pensar com independência.

O não atingimento da meta física estabelecida, deu-se em decorrência de revisão na normatização interna que, adequando-se à legislação vigente, estabeleceu como dependentes os filhos e menores sob guarda ou tutela judicial, na faixa etária compreendida entre o nascimento e cinco anos de idade, o quê proporcionou redução no número de beneficiários.

2.1.2.7 Programa: 02.061.0571.4224.0025 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	SALDO	% UTILIZADA
339000	CUSTEIO	120.000,00	119.853,20	0,00		146,80	99,8777%
TOTAL		**120.000,00**	**119.853,20**	**0,00**	**0,00**	**146,80**	**99,8777%**

2.1.2.7.1 Objetivo Geral

O objetivo deste programa constitui em prover Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, nas primeira e segundas instâncias, partes em processos judiciais, referente ao pagamento de honorários periciais cuja responsabilidade recaia sob a parte contemplada com os benefícios da justiça gratuita.

2.1.2.7.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária

A meta física prevista na Lei Orçamentária Anual para este programa foi o atendimento a 91 pessoas assistidas, para uma dotação inicial fixada em R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

2.1.2.7.3 Metas físicas e financeiras realizadas

As dotações orçamentárias, em 2008, referentes ao programa Assistência Jurídica a Pessoas Carentes foram realizadas num montante de R$ 119.853,20 (cento e dezenove mil, oitocentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), restando um saldo de

R$ 146,80 (cento e quarenta e seis reais e oitenta centavos), com atendimento de 186 pessoas, o que correspondeu a um percentual de 182,42% da meta prevista e utilização de 99,8777% dos recursos alocados.

2.1.2.7.4 Avaliação do resultado

A meta realizada foi superior a prevista face o valor máximo pago por perícia ter sido limitado ao valor de R$ 800,00 (oitocentos reais).

2.1.2.8 Programa: 02.301.0571.2004.0001 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	SALDO	% UTILIZADA
339000	CUSTEIO	3.154.000,00	3.080.695,97	0,00		73.304,03	97,6758%
449052	MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00		0,00	0,0000%
TOTAL		**3.154.000,00**	**3.080.695,97**	**0,00**	**0,00**	**73.304,03**	**97,6758%**

2.1.2.8.1 Objetivo Geral

O objetivo deste programa constitui em assegurar a saúde física e mental dos servidores, assim como de seus dependentes em caráter complementar.

À conta desta atividade, executou-se as despesas com plano de saúde, material de consumo e equipamentos de uso dos serviços médico e odontológico, com o objetivo de prestar assistência médica e odontológica aos servidores e magistrados.

O programa de assistência médica aos servidores está normatizado no âmbito do TRT da 13ª Região pela Resolução Administrativa nº 221/2001, alterada pela RAS nºs 106/2002, 241/2003 e 114/2008.

São considerados beneficiários do programa:

I - os magistrados e servidores, ativos e inativos do Quadro de Pessoal deste Tribunal e os ocupantes de cargos em comissão, sem vínculo efetivo com o serviço público.

II – Os servidores requisitados de Órgãos ou entidades de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios para o exercício de cargo em comissão – CJ-01 a 04 ou função comissionada – FC-01 a FC-06, desde que comprovadamente não sejam beneficiários de Plano de Saúde similar na instituição de origem.

III – Os servidores pertencentes a outros Órgãos da Justiça do Trabalho removidos para este Tribunal e os servidores em exercício provisório para acompanhar cônjuge na forma do art. 84, § 2º, da Lei 8.112/90.

IV - Pensionistas.

V - Os dependentes econômicos dos magistrados e servidores, assim considerados:

a) O filho e o enteado sem economia própria, de qualquer condição, até 21 (vinte e um) anos ou, se estudante de curso regular do ensino fundamental, médio ou superior, até 24 (vinte e quatro) anos, ou se inválido, de qualquer idade;

b) O menor de 21 (vinte e um) anos que, mediante guarda, curatela ou tutela judicial, viver na companhia e às expensas do servidor;

c) O cônjuge, a companheira e o companheiro, desde que constem como dependente do servidor ou magistrado na declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e, comprovadamente, não percebam rendimento do trabalho ou de qualquer outra fonte, inclusive pensão ou provento de aposentadoria, em valor igual ou superior ao salário mínimo.

Além das despesas com o Serviço Médico do TRT e os consultórios odontológicos, o Regional mantém contrato de prestação de serviço médico hospitalar com a UNIMED – Cooperativa de Trabalho Médico de João Pessoa, tombado sob o nº 25/2007, de abrangência nacional, o valor da mensalidade por beneficiário importa em R$ 201,92 (duzentos e um reais e noventa e dois centavos), sendo custeado pelo TRT 45% do valor da mensalidade, e ficando a cargo do servidor interessado o percentual de 55%, conforme definido no ATO TRT GP nº 112/92.

2.1.2.8.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária

A meta física prevista na Lei Orçamentária Anual para este programa estabelecia a concessão do benefício a 3.100 beneficiários, para uma dotação inicial fixada em R$ 3.154.000,00 (três milhões, cento e cinquenta e quatro mil reais).

2.1.2.8.3 Metas físicas e financeiras realizadas

As dotações orçamentárias, em 2008, referentes ao programa Assistência Médica e Odontológica aos Servidores foram realizadas num montante de R$ 3.080.695,97 (três milhões, oitenta mil, seiscentos e noventa e cinco reais e noventa e sete centavos), o que corresponde a um total de 97,6758% das dotações iniciais, restando um saldo de R$ 73.304,03 (setenta e três mil, trezentos e quatro reais e três centavos)

2.1.2.8.4 Avaliação do resultado

O objetivo do programa foi totalmente atingido com a assistência Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, com a consumação de quase a totalidade das dotações alocadas, com satisfação de todos os servidores e magistrados beneficiários do programa de saúde implementado no TRT.

2.1.2.9 Programa: 02.122.0571.1P66.0001 - Modernização de Instalações da Justiça do Trabalho

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	SALDO	% UTILIZADA
339000	CUSTEIO	249.949,24	249.949,24	0,00	0,00	0,00	100,0000%

449052	MATERIAL PERMANENTE	491.911,21	491.911,21	0,00	0,00	0,00	100,0000%
TOTAL		**741.860,45**	**741.860,45**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100,0000%**

2.1.2.9.1 Objetivo Geral

O presente programa é de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST), consistindo na liberação de verba orçamentária para consecução de despesas de modernização das instalações físicas de toda a Justiça do Trabalho.

Disponibilizam-se recursos, na forma de descentralização pelo TST, para gastos com custeio e material permanente, após a realização das licitações pelos Tribunais Regionais do Trabalho, observando-se a destinação específica do programa e de acordo com que previamente foi informado.

2.1.2.9.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária

Os recursos alocados atingiram o montante de R$ 249.949,24 (duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e vinte e quatro centavos) para custeio; e R$ 491.911,21 (quatrocentos e noventa e um mil, novecentos e onze reais e vinte e um centavos) para Material Permanente.

2.1.2.9.3 Metas físicas e financeiras realizadas

A verba de modernização reservada para este TRT da 13ª Região foi totalmente utilizada (100%), conforme já demonstra no quadro acima detalhado.

Convém destacar que na natureza de despesa custeio as verbas foram aplicadas em serviços de reforma nas Varas do Trabalho do Interior do Estado, mormente no que se refere à implantação de WC para portadores de necessidades especiais e outros serviços de manutenção, conforme quadro que se segue:

DISCRIMINAÇÃO	GND3	OBJETO
01- VARA DO TRABALHO DE SOUSA	23.643,96	REFORMA PARA IMPLANTAÇÃO DE WC PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E OUTROS SERVIÇOS
02- VARA DO TRABALHO DE ITABAIANA	115.461,83	REFORMA PARA IMPLANTAÇÃO DE WC PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E OUTROS SERVIÇOS
03- VARA DO TRABALHO DE CAJAZEIRAS	33.182,61	REFORMA PARA IMPLANTAÇÃO DE WC PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E OUTROS SERVIÇOS
04- VARA DO TRABALHO DE ITAPORANGA	8.784,14	REFORMA PARA IMPLANTAÇÃO DE WC PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E OUTROS SERVIÇOS
05- VARA DO TRABALHO DE PICUI	23.309,83	REFORMA PARA IMPLANTAÇÃO DE WC PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E OUTROS SERVIÇOS
06- VARA DO TRABALHO DE MONTEIRO	20.962,05	REFORMA PARA IMPLANTAÇÃO DE WC PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E OUTROS SERVIÇOS
07- VARA DO TRABALHO DE PATOS	24.604,82	REFORMA PARA IMPLANTAÇÃO DE WC PARA PORTADORES

		DE NECESSIDADES ESPECIAIS E OUTROS SERVIÇOS
08- TOTAL	249.949,24	

No que concerne à natureza de despesa relativa a material permanente, consigne-se que os recursos foram aplicados para de aquisição de mobiliário em observância aos modernos conceitos de ergonomia e funcionalidade. Ressalte-se as aquisições foram provenientes de adesão a registros de preços de órgãos que integram a Administração Pública Federal (Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica, Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Supremo Tribunal Federal).

Os setores beneficiados com o mobiliário estão relacionados no quadro abaixo:

DISCRIMINAÇÃO DOS SETORES BENEFICIADOS COM MOBILIÁRIO NOVO	GND4	OBJETO
SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA, CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA, ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA, GABINETE DA DIRETORIA GERAL, SERVIÇO DE EXPEDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROTOCOLO, SERVIÇO DE RECURSOS, CENTRAL DE MANDADOS E A 2ª VARA DO TRABALHO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA.	491.911,21	AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO EM GERAL DENTRO DOS MODERNOS CONCEITOS DE ERGONOMIA E FUNCIONALIDADE.
TOTAL	491.911,21	

2.1.2.9.4 Avaliação do resultado

Os recursos recebidos foram aplicados em ações com objetivo de adequar as instalações físicas do TRT de 13ª Região às recomendações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores e acesso ao jurisdicionado.

Consideramos atendidos os objetivos do programa, já que a realização da despesa observou a indicação das ações previamente informadas ao TST, condição para a descentralização dos recursos para o TRT da 13ª Região.

2.1.2.10 Programa: 02.122.0571.10WT.0025 - Construção do Fórum Trabalhista em João Pessoa

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	SALDO	% UTILIZADA
449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.600.000,00	115.599,82		0,00	1.484.400,18	7,2250%
TOTAL		**1.600.000,00**	**115.599,82**	**0,00**	**0,00**	**1.484.400,18**	**7,2250%**
TOTAL GERAL		250.399.503,45	248.505.963,52				99,2438%

2.1.2.10.1 Objetivo Geral

Constitui objetivo deste programa a construção do Fórum Trabalhista de João Pessoa, que ora se encontra instalado no Empresarial Dr. João Medeiros, cujo pagamento da locação e parte das despesas com condomínio e consumo de energia estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF, por força de Convênio firmado.

2.1.2.10.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária

Foram alocadas na Lei Orçamentária Anual dotação na ordem de R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais).

2.1.2.10.3 Metas físicas e financeiras realizadas

Foi utilizada apenas 7,2250% da dotação inicial, perfazendo um total de R$ 115.599,82 (cento e quinze mil, quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos), restando um saldo de R$ 1.484.400,18 (um milhão, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos reais e dezoito centavos.

Esclareça-se que parcela efetivamente utilizada se destinou aos serviços de construção de muro e canteiro de obra.

Convém informar, ainda, que a não utilização da maior parte da verba disponibilizada decorreu da revogação do procedimento licitatório, realizado na modalidade concorrência, para construção da primeira etapa da obra. Ressalte-se que a referida revogação foi motivada por erros na planilha de cálculo elaborada por empresa contratada, sem que houvesse tempo para a repetição do certame ainda no exercício de 2008, de acordo com os prazos estabelecidos pela Lei 8.666/93.

2.1.2.10.4 Avaliação do resultado

Esta ação não foi realizada como pretendia a Administração deste Tribunal em função da revogação do procedimento licitatório, conforme já registrado no item anterior. No exercício de 2009 serão retomadas as providências, de acordo com a liberação da dotação orçamentária, para início da construção do Fórum Trabalhista de João Pessoa.

2.1.3 Programa: 28.846.0901.0005.0001 - Sentenças Judiciais

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	SALDO	% UTILIZADA
319091	**TRT 13ª REGIÃO - spv**	358.896,00	355.698,82			3.197,18	99,1092%
319091	**UFPB ***	1.012.579,00	995.399,25			17.179,75	98,3034%
319091	**INSS**	1.720.845,00	1.435.134,63			285.710,37	83,3971%
319091	**DNOCS**	72.617,00	72.519,74			97,26	99,8661%
TOTAL		**3.164.937,00**	**2.858.752,44**	**0,00**	**0,00**	**306184,56**	**90,3257%**

2.1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo deste programa constitui em Administrar os recursos destinados ao pagamento de precatórios decorrentes de sentenças judiciais.

Foram destinados recursos para pagamentos de precatórios do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, do Instituto Nacional da Seguridade Social-INSS e do Departamento Nacional de Obras contra a Seca – DNOCS.

2.1.3.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária

Foram alocadas nesta rubrica dotações na ordem de R$ 3.164.937,00 (três milhões, cento e sessenta e quatro mil, novecentos e trinta e sete reais).

2.1.3.3 Metas físicas e financeiras realizadas

Foram realizadas dotações no montante de R$ 2.858.752,44 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), restando um saldo de R$ 306.184,56 (trezentos e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

2.1.3.4 Avaliação do resultado

Embora a meta do presente programa tenha sido satisfeita plenamente, importa registrar que o TRT ainda não dispõe de ferramenta de aferição dos resultados obtidos.

2.1.4 Programa: 02.122.0571.1b02.0020 – Modernização do Edifício de apoio do TRT

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	SALDO	% UTILIZADA
449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	71.885,00	45.744,64			26.140,36	63,6359%
TOTAL		**71.885,00**	**45.744,64**		**0,00**	**26.140,36**	**63,6359%**

2.1.4.1 Objetivo Geral

Trata-se de crédito especial aprovado no exercício de 2007, destinado à execução de serviços de engenharia para realização de ampliação e reforma do prédio do Almoxarifado do TRT 13ª Região, localizado na Av. Monsenhor Walfredo Leal, nº 61 – Tambiá, João Pessoa – PB, conforme descrito nos Anexos I e II do Edital de Licitação modalidade Tomada de Preços nº 21/2007.

2.1.4.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária

Foram destinadas dotações no montante de R$ 71.885,00 (setenta e um mil, oitocentos e oitenta e cinco reais), em decorrência da concessão de crédito especial , remanejado do exercício de 2007.

2.1.4.3 Metas físicas e financeiras realizadas

A despesa realizada nesta rubrica importa em R$ 45.744,64 (quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), restando um saldo de R$ 26.140,36 (vinte e seis mil, cento e quarenta reais e trinta e seis centavos).

2.1.4.4 Avaliação do resultado

A meta prevista não foi alcançada em face desta ação ser decorrente de crédito especial o qual foi aprovado no final do exercício de 2007, e que após a realização licitação foi verificado que o o valor licitado foi inferior ao valor estimado para a execução dos serviços quando da solicitação do crédito. Assim sendo, a referida ação foi reaberta em 2008 e, ante a necessidade técnica, foi celebrado aditivo ao contrato dentro dos parâmetros legais.

2.1.5 Programa: 02.126.0571.5093.0001 - Implantação do Sistema Integrado de Gestão Nacional

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	SALDO	% UTILIZADA
449052	MATERIAL PERMANENTE	272.600,00	272.600,00	0,00	0,00	0,00	100,0000%
TOTAL		**272.600,00**	**272.600,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100,0000%**

2.1.5.1 Objetivo Geral

Os recursos alocados nesta ação relativa à descentralização de crédito para o TRT, refere-se à aquisição de digitalizadores (scanners), Ata de Registro de Preços do PE-TST 129/2007, conforme autorização constante do Processo TST 503.784/2008-0 e descentralização de crédito para o TRT, conforme autorização pela CAPI/JT, Processo TST 505129/2008-4.

2.1.5.2 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária

Foram destinadas dotações no montante de R$ 272.600,00 (duzentos e setenta e dois mil reais).

2.1.5.3 Metas físicas e financeiras realizadas

Com as dotações descentralizadas foram obtidos equipamento de informática conforme relação a seguir:

Aquisição de 01 (um) chassis do tipo rack-u

Aqusição de 1,35 servidore de uso geral avançado

Aquisição de 27 scanner Fujitso FI -6140

Com as aquisições foram utilizadas 100% das dotações destinadas para a presente ação.

2.1.5.4 Avaliação do resultado

Embora a meta do presente programa tenha sido satisfeita plenamente, importa registrar que o TRT ainda não dispõe de ferramenta de aferição dos resultados obtidos.

3 - INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não houve reconhecimento de passivos lançados na Conta Contábil 2.1.2.1.1.11.00 – Por insuficiência de créditos/recursos do Siafi.

4 - INFORMAÇÕES SOBRE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007					4.540.705	146.760	4.114.620	279.325
2008					7.598.068			7.598.068
Total					12.138.737	146.760	4.114.620	7.877.393

Nota:

- A permanência de Restos a Pagar não Processados do Exercício Financeiro 2007, em razão de serviços de engenharia não executados dentro do cronograma de entrega das obras.

5 - INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES.

Quadro II.A.3 – Transferências (convênios e outros tipos)

Tipo	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência, etc)	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N)
8	-	Processo 16040/2007; Convênio 14/2008; Assinatura 01/09/2008; Vigência	Realização de estágio neste Regional aos alunos que estejam cursando, no mínimo, o 2° ano do curso de Direito.	04/09/2008	-	-	-	UNESC - União de Ensino Superior de Campina Grande –	-

		31/08/2013.						CNPJ: 03.890.380/ 0001-75	
8	-	Processo 3014/2003; Assinatura 12/03/2003; Vigência 11/03/2008	Concessão de empréstimos, aos magistrados, mediante consignação em folha de pagamento		-	-	-	Banco do Brasil S/A – CNPJ: 00.000.000/ 0001-91	-
8	-	Assinatura 25/05/2006; Vigência 24/05/2008	melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pela CAIXA e pelo TRIBUNAL à sociedade; estipular formas de ampliação e incremento da relação existente entre a CAIXA e o TRIBUNAL; estipular formas de ampliação e incremento da prestação de serviços de Certificação Digital da AC-CAIXA-JUS no âmbito do TST e TRT; identificação, autenticação, registros e emissão de Certificados do tipo A1, A2 e/ou A3 para Magistrados e Servidores sem ônus para o TST e para os TRT's.		-	-	-	CEF/TST – CNPJ: 00.360.305/ 0001-04 00.509.968/ 0001-48	-
8	-	Assinatura 16/09/2003; Vigência 15/09/2008	Acesso ao banco de dados referente ao RENAVAM através da internet ou de terminal de computação próprio	18/09/ 2003	-	-	-	DETRAN-PB – CNPJ: 09.188.376/ 0001-46	-
8	-	Processo 12763/2006; Assinatura 30/11/2006; Vigência 29/12/2008	Prestação de serviços de exames médicos-periciais e emissão de laudos		-	-	-	TCU-PB – CNPJ: 00.414.607/ 0012-70	-
8	-	Processo 7035/2004; Assinatura 03/08/2004; Vigência 02/08/2009	Utilização do sistema informatizado denominado LICITAÇÕES		-	-	-	Banco do Brasil S/A – CNPJ: 00.000.000/ 0001-91	-
8	-	Convênio 01/2004; Assinatura 30/07/2004; Vigência 29/07/2009	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados no 4º período do Curso de Direito no campus de Guarabira a oportunidade de realização de estágio no TRT - 13ª Região.	03/08/ 2004	-	-	-	Universidad e Estadual da Paraíba – UEPB – CNPJ: 12.671.814/ 0001-37	-
8	-	Convênio 02/2007; Assinatura 26/02/2007; Vigência 25/08/2009	Participação de cursos de especialização Lato Sensu, em direito Material e Processual do Trabalho, com oferecimento de descontos	14/03/ 2007	-	-	-	Associação dos Magistrado s do Trabalho da 13ª Região – CNPJ: 11.888.815/ 0001-75	-
8	-	Convênio 03/2007; Assinatura 20/03/2007; Vigência 19/09/2009	Garantir aos juizes e servidores ativos e inativos, a possibilidade de realização de cursos de especialização "lato sensu", com oferecimento de descontos.	22/03/ 2007	-	-	-	Centro de Ensino, Consultoria e Pesquisa – C&E – CNPJ: 03.159.960/ 0001-97	-
8	-	Processo 3214/2007;	Cursos de especialização latu sensu, com o oferecimento de	16/05/ 2007	-	-	-	Centro Universitári	-

		Convênio 04/2007; Assinatura 14/05/2007; Vigência 13/11/2009	descontos.					o de João Pessoa – UNIPÊ – CNPJ: 08.679.557/ 0001-02	
8	-	Assinatura 07/01/2005; Vigência 06/01/2010; Termo Aditivo 01/2005; Assinatura 18/05/2005	Realização de perícias pelo Serviço Médico do TRT, através de junta oficial, nas hipóteses em que sejam necessárias, de acordo com as normas legais e regimentares, relativamente a Procuradores e Servidores em exercício no MPT/PRT.		-	-	-	Procuradoria Regional do Trabalho - 13ª Região – CNPJ: 26.989.715/ 0044-42	-
8	-	Processo 11627/2004; Convênio 01/2005; Assinatura 20/01/2005; Vigência 19/01/2010	Acesso ao banco de dados da JUCEP por Servidores e Magistrados do TRT	26/01/ 2005	-	-	-	Junta Comercial do Estado da Paraíba – JUCEP- CNPJ: 08.331.175/ 0001-93	-
8	-	Processo 5541/2006; Assinatura 26/07/2005; Vigência 25/07/2010	Transcrição magnética do Banco de dados do TRT e acesso a jurisprudência on-line	08/08/ 2005	-	-	-	Editora LEX S.A. - CNPJ: 61.160.768/ 0001-17	-
8	-	Convênio 02/2005; Assinatura 22/08/2005/ Vigência 21/08/2010	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados na ASPER e que estejam cursando, no mínimo, o 5º período do curso superior de Tecnologia de Processamento de Dados, a oportunidade de realização de estágio no TRT - 13ª Região.	29/08/ 2005	-	-	-	Associação Paraibana de Ensino Renovado – ASPER – CNPJ: 11.888.849/ 0001-60	-
8	-	Processo 3528/2005; Convênio 03/2005; Assinatura 22/08/2008; Vigência 21/08/2010	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados no UNIPÊ e que estejam cursando, no mínimo, o 5º período do curso de Ciências da Computação, a oportunidade de realização de estágio no TRT - 13ª Região.	29/08/ 2005	-	-	-	Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ – CNPJ: 08.679.557/ 0001-02	-
8	-	Processo 3528/2005; Convênio 04/2005; Assinatura 22/08/2005; Vigência 21/08/2010	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados na CEFET-PB e que estejam cursando, no mínimo, o 4º período do curso de Ciências da Computação, a oportunidade de realização de estágio no TRT - 13ª Região.	29/08/ 2005	-	-	-	Centro Federal Tecnológica da Paraíba – CEFET-PB – CNPJ: 24.489.051/ 0001-21	-
8	-	Processo 3528/2005; Convênio 05/2005; Assinatura 22/08/2005; Vigência 21/08/2010	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados na UFPB e que estejam cursando, no mínimo, o 5º período do curso de Ciências da Computação do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, a oportunidade de realização de estágio no TRT - 13ª Região.	29/08/ 2005	-	-	-	Universidade Federal da Paraíba – UFPB – CNPJ: 24.098.477/ 0001-10	-
8	-	Processo 3529/2005; Convênio 06/2005; Assinatura	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados no UNIPÊ e que estejam cursando, no mínimo, o 7º período do curso	29/08/ 2005	-	-	-	Centro Universitário de João Pessoa –	-

		22/08/2005; Vigência 21/08/2010	de Direito, a oportunidade de realização de estágio no TRT - 13ª Região.					UNIPÊ – CNPJ: 08.679.557/ 0001-02	
8	-	Processo 3529/2005; Convênio 06/2005; Assinatura 22/08/2005; Vigência 21/08/2010	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados na UFPB e que estejam cursando, no mínimo, o 7º período do curso de Direito, a oportunidade de realização de estágio no TRT - 13ª Região.	29/08/ 2005	-	-	-	Universidade Federal da Paraíba – UFPB - CNPJ: 24.098.477/ 0001-10	-
8	-	Processo 14569/2004; Convênio 08/2005; Assinatura 22/08/2005; Vigência 21/08/2010	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados na FACISA e que estejam cursando, no mínimo, o 7º período do curso de Bacharelado em Direito, a oportunidade de realização de estágio no TRT - 13ª Região.	29/08/ 2005	-	-	-	Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA) – CNPJ: 02.108.023/ 0001-40	-
8	-	Processo 14652/2005; Convênio 09/2005; Assinatura 17/11/2005; Vigência 16/11/2010	Disponibilização de um terminal de auto-atendimento por parte do TRT - 13ª REGIÃO que possibilite a consulta ON-LINE e impressão de extratos, relativos aos processos trabalhistas da 1ª e 2ª instâncias em trâmite na Justiça do Trabalho da 13ª Região.	-	-	-	-	Ordem do Advogados do Brasil - Seccional Paraíba	-
8	-	Convênio 11/2005; Assinatura 14/12/2005; Vigência 13/12/2010	Realização de serviços gratuitos de perícia médica, pelo Serviço de Atendimento Médico-social do TRT.	15/12/ 2005	-	-	-	Justiça Federal - Seção Judiciária da Paraíba – CNPJ: 05.433.643/ 0001-42	-
1	-	Convênio 01/2006; Assinatura 28/06/2006; Vigência 21/09/2009; Termos Aditivos: 01 e 02; Assinaturas 22/11/2006 e 16/10/2007	Melhorar os serviços oferecidos pela CAIXA e pelo TRIBUNAL à sociedade; estipular formas de ampliação e incremento existentes entre a CAIXA e o TRIBUNAL	30/06/ 2006	R$ 3.462.133,36 (valor máximo)	Obs.1 Obs.2 e Obs.3		Caixa Econômica Federal – CEF – CNPF: 00.360.305/ 0001-04	-
8	-	Convênio 02/2006; Assinatura 03/06/2006; Vigência 02/06/2011	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados na UEPB e que estejam cursando, no mínimo, o penúltimo ano do curso de Direito, a oportunidade de realização de estágio no TRT - 13ª Região.	12/07/ 2006	-	-	-	Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – CNPJ: 12.671.814/ 0001-37	-
8	-	Convênio 04/2006; Assinatura 19/09/2006; Vigência 18/09/2011	Viabilização do Sistema de Protocolo Integrado do TRT 13º Região através de remessa via SEDEX de recursos e petições judiciais	20/10/ 2006	-	-	-	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – CNPJ: 34.028.316/ 0019-32	-
8	-	Processo 110/2007; Convênio 01/2007;	Realização de serviços gratuitos de perícia médica, pelo Serviço	14/03/ 2007	-	-	-	Procuradoria da	-

		Assinatura 21/02/2007; Vigência 20/02/2012	de Atendimento Médico-social do TRT.					República na Paraíba – CNPJ: 26.989.715/0020-75	
8	-	Processo 4404/2007; Convênio 05/2007; Assinatura 19/06/2007; Vigência 18/06/2012	Permuta de interesses para acesso recíproco e informações	21/06/2007	-	-	-	IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda. - CNPJ: 43.217.850/0001-59	-
8	-	Processo 12327/2007; Convênio 09/2007; Assinatura 08/11/2007; Vigência 07/11/2012	Estágio para os alunos que estejam cursando, no mínimo, o 2º ano do curso de Direito	12/11/2007	-	-	-	Associação Paraibana de Ensino Renovado ASPER – CNPJ: 11.888.849/0002-40	-
8	-	Processo 12205/2007; Convênio 10/2007; Assinatura 08/11/2007; Vigência 07/11/2012	Estágio para os alunos que estejam cursando, no mínimo, o 2º ano do curso de Direito	12/11/2007	-	-	-	Instituto de Educação Superior da Paraíba IESP – CNPJ: 70.118.716/0001-73	-
8	-	Processo 12116/2007; Convênio 11/2007; Assinatura 08/11/2007; Vigência 07/11/2012	Estágio para os alunos que estejam cursando, no mínimo, o 2º ano do curso de Direito	12/11/2007	-	-	-	FAP - Faculdade Paraibana – CNPJ: 06.099.229/0017-79	-
8	-	Processo 12204/2007; Convênio 12/2007; Assinatura 08/11/2007; Vigência 07/11/2012	Estágio para os alunos que estejam cursando, no mínimo, o 2º ano do curso de Direito	12/11/2007	-	-	-	FESP - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba – CNPJ: 04.040.513/0001-87	-
8	-	Processo 8683/2007; Convênio 04/2008; Assinatura 24/03/2008; Vigência 23/03/2013	Realização de serviços gratuitos de perícia médica, pelo Serviço de Atendimento Médico-social do TRT.	24/03/2008	-	-	-	ABIN - PARAÍBA	
8	-	Processo 12301/2007; Convênio 07/2008; Assinatura 08/11/2007; Vigência 11/11/2010	Oferecer descontos aos juízes e servidores deste Tribunal sobre a inscrição e mensalidades nos cursos oferecidos pela Conveniada	14/05/2008	-	-	-	Faculdade Maurício de Nassau – CNPJ: 05.474.470/0001-00	-
8	-	Processo 12301/2007; Convênio 08/2008; Assinatura 12/05/2008; Vigência 11/05/2013	Realização de estágio neste Regional aos alunos que estejam cursando, no mínimo, o 2°ano do curso de Direito.	14/05/2008	-	-	-	Faculdade Maurício de Nassau – CNPJ: 05.474.470/0001-00	-
8	-	Processo	Disponibilização pela Conveniada	13/08/	-	-	-	Prolink	-

		6292/2008; Convênio 13/2008; Assinatura 12/08/2008; Vigência 11/08/2013	de acesso ao Informa Jurídico WEB.	2008				Tecnologia	
8	-	Convênio 03/2006; Assinatura 24/07/2006; Vigência indeterminada	Cooperação mútua entre os regionais visando cumprir o programa de capacitação dos servidores	04/08/ 2006	-	-	-	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TRE-PB – CNPJ: 06.017.798/ 0001-60	-
8	-	Convênio 13/2007; Assinatura 19/11/2007; Vigência indeterminada	Cooperação mútua visando cumprir o programa de capacitação dos servidores	23/11/2 007	-	-	-	Procuradori a Regional do Trabalho - 13ª Região – CNPJ: 26.989.715/ 0044-42	-
8	-	Processo 14496/2005; Assinatura 20/09/2005; Vigência indeterminada	Permitir ao TST e aos TRT's o envio de ordens judiciais e o acesso às respostas das instituições financeiras via internet, por meio do Sistema BACEN JUD 2.0	-	-	-	-	Banco Central do Brasil e TST – CNPJ: 00.038.166/ 0001-05 00.509.968/ 0001-48	-
8	-	Processo 14208/2008; Convênio 16/2008; Assinatura 20/11/2008; Vigência 20/11/2013	Concessão de crédito imobiliário	04/12/ 2008	-	-	-	Banco do Brasil S/A – CNPJ: 00.000.000/ 4249-45	-
8	-	Processo 14151/2008; Convênio 17/2008; Assinatura 17/12/2008; Vigência 16/12/2013	Realização de serviços gratuitos de perícia médica, pelo Serviço de Atendimento Médico-social do TRT.	19/12/ 2008				Superinten dência Regional do Departame nto de Policia Federal do Estado da Paraíba	-
8	-	Processo 15203/2008; Assinatura 18/12/2008; Vigência 17/12/11/2013	Interligação de redes de processamento do Tribunal ao do Banco visando a troca de informações referentes aos Depósitos Judiciais	22/01/ 2009	-	-	-	Banco do Brasil S/A – CNPJ: 00.000.000/ 0001-91	-
8	-	Assinatura 21/12/2008; Vigência indeterminada	Intercâmbio de dados, informações e documentos eletrônicos de interesse recíproco, bem como a implantação de procedimento de notificação e intimação eletrônica.	18/12/ 2008	-	-	-	AGU - Advocacia Geral da União – CNPJ: 26.994.558/ 0003-95	-
8	-	Processo 9292/2008; Convênio 15/2008; Assinatura 01/10/2008; Vigência 30/09/2013	Prestação de serviços de assistência odontológica	07/10/ 2008	-	-	-	UNIODONT O de João Pessoa Cooperativ a de Crédito Odontológi	-

								co Ltda. - CNPJ: 12.923.426/ 0001-60	
8	-	Processo 83/2009; Assinatura 12/03/2009; Vigência 11/03/2014	Concessão de crédito imobiliário para magistrados e servidores deste TRT	25/03/ 2009	-	-	-	Caixa Econômica Federal – CNPJ: 00.360.305/ 0001-04	

Obs. 1 Para atender ao objeto do Convênio, a CAIXA repassará ao locador indicado pelo TRIBUNAL o valor máximo de R$ 3.162.133,36 (três milhões, cento e sessenta e dois mil, cento e trinta e três reais e trinta e seis centavos), conforme alíneas "h" e "i" do parágrafo primeiro da Cláusula Segunda e alíneas "f" e "g" do parágrafo primeiro da Cláusula Quinta, ambas deste instrumento, observadas as disposições contidas na Cláusula Quarta, reajustáveis anualmente com base com o Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas;
Obs. 2 A CEF repassou ao locador do imóvel o valor do aluguel corresponde a R$ 74.685,98 (setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa e oito centavos) referente a uma área de 5.704 m², sendo, 3.702 m² no 1º piso, 1642 m² no 2º piso e 360 m² no imóvel tipo casa, todos no Centro Empresarial Dr. João Medeiros, situado na Av. Odon Bezerra, nº 184 – Centro, João Pessoa/PB, totalizando o valor anual de R$ 896.231,76 (oitocentos e noventa e seis mil, duzentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos);
Obs. 3 A CEF repassou, ainda, por meio de ordem de de crédito ao LOCADOR indicado pelo TRIBUNAL, no exercício de o valor máximo de R$ 244.145,68 (duzentos e quarenta e quatro mil, cento e quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor referente ao aluguel, destinados ao pagamento de despesas do imóvel, tais como: condomínio, consumo de energia, IPTU, TCR, global máximo de R$ 632.426,76 (seiscentos e trinta e dois reais, quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e seis centavos).

6 - INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS

O TRT da 13ª Região não patrocina entidades fechadas de previdência complementar.

7 - DEMONSTRATIVO DO FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

O TRT da 13ª Região não teve fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.

8 - DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DOS VALORES GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

CPF	SUPRIDO	VALOR R$	QUANTIDADE DE DESPESAS
135.979.904-44	JANE AMARAL ALBUQUERQUE GUEDES	464,00	2
358.968.174-87	ACIEL CARNEIRO DA SILVA	463,00	5
373.825.514-15	FERNANDO NICOLAU DE ARAÚJO	80,00	1
584.853.924-34	MARIA DAS DORES FIRMINO ALVES DE LIMA	200,00	1
603.278.554-87	FÁBIO DE OLIVEIRA LUCENA	500,00	5
790.438.954-15	ZULEIDE PEREIRA DE MEDEIROS	170,00	2

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DOS VALORES GASTOS COM CARTÃO DE CRÉDITO - FATURA

CPF	**SUPRIDO**	**VALOR R$**	**QUANTIDADE DE DESPESAS**
308.795.154-49	ANA AURÉA MENDES DA SILVA	400,00	2
358.968.174-87	ACIEL CARNEIRO DA SILVA	28,80	1
373.825.514-15	FERNANDO NICOLAU DE ARAÚJO	95,00	1
436.390.624-34	BENEDITO SOARES DE ARAÚJO	1.147,75	9
603.278.554-87	FÁBIO DE OLIVEIRA LUCENA	568,00	4
790.438.954-15	ZULEIDE PEREIRA DE MEDEIROS	175,00	1
437.141.374-91	JOSÉ GERALDO CARNEIRO DA SILVA	96,00	2
569.582.004-97	JOSÉ JÁCIO DA FONSECA FURTAFO	844,44	3
569.944.514-53	ANTONIO WELLINGTON PEREIRA DE LIMA	400,00	2
661.170.548-15	ANTONIO ALVES CAMELO	1.397,47	7
724.541.133-68	PAULO MARDEM SOARES FERREIRA	300,00	1
905.519.314-34	PERICLES COSTA MATIAS	2.061,55	6

9 - INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

As recomendações expedidas pela Unidade de Controle Interno deste TRT da 13ª Região são efetivadas nos próprios pareceres emitidos pela Secretaria de Controle Interno, quando da tramitação dos processos de sua competência, sendo devidamente observado o seu cumprimento, por ocasião do retorno dos mesmos para verificação da liquidação da despesa, não tendo ocorrido no exercício 2008, qualquer não-conformidade quanto à questão.

10 - INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

DOCUMENTO	**PROCESSO**	**Determinação ao TRT 13 Região**	**Prazo**	**ENTRADA**	**SITUAÇÃO**
Ofício nº 0159/2008-TCU/SECEX-PB **Acórdão 251/2008-TCU-1ª Câmara**	TC nº 009.390/2006-4 (TRT nº 04426/2008)	1.1. determina inclusão do nome da ex-servidora ADRIANA CRISANTO MONTEIRO no CADIN e na Conta Diversos Responsáveis	Não determina	22/04/08	Remetida cópia dos autos à AGU, para cumprimento da decisão, através do Ofício TRT SGP GPRES nº 212, de 21/07/08.
Ofício nº 0724/2008-TCU/SECEX/PB **Acórdão nº 1879/2008-2ª Câmara**	TC nº 007.201/2007-8 (TRT nº 09071/2008)	Representação da PRT em relação à classificação do concurso público.	Não determina	22/07/08	Pedido de Reexame Interposto, comunicado ao TCU através do Ofício SCI nº 09, de 22/09/08

Ofício nº 0849/2008 – TCU/SECEX-PB	TC 018.131/2007-0 (TRT nº 10583/2008)	Diligência sobre ressarcimento de valores de Fernando Sergio Montenegro e Geraldo Teixeira de Carvalho	15 dias	20/08/08	Atendida através do Ofício TRT SGP GPRES nº 253, de 29/08/08.
Acórdão TCU nº 3144/08 – 2ª Câmara (Ofício 4581/08-TCU-Sefip)	TC 009.921/2008-6 (TRT nº 11749/08)	Aposentadoria de Úrsula Emília de Madeiros Loureiro – novo cadastramento no SISAC e correções no preenchimento no quadro de tempos de funções comissionadas.	60 dias	11/09/08	Cumprido e comunicado ao TCU através do Ofício SCI nº 011, de 14/10/08.
Ofício-ADNOR nº 14 - TCU	TC 022.995/2008-5	Envia questionário sobre funcionamento da SCI	10 dias	29/09/08	Atendido através do Ofício SCI nº 10, de 08/11/08.
Acórdão TCU nº 1824/2008 – Plenário (Ofício nº 976/2008-TCU/SECEX-PB)	TC 017.016/2000-6 (TRT nº 11943/2008)	Comunica quitação dos Srs. Severino Marcondes Meira e José Dionízio de Oliveira, ante o recolhimento de multa imposta no Acórdão nº 555/2003-TCU-Plenário (Doutorado Antonio Araújo Ramos Junior)	Sem prazo	1º/10/08	Arquivado no Núcleo de Magistrados em 07.10.08
Acórdão TCU nº 3897/2008 – 2ª Câmara (Ofício nº 2454/2008-TCU/Sefip)	TC 019.877/2003-9 (TRT nº 13519/2008)	Dar provimento a pedido de reexame de Vânia Capistrano de Miranda Monte e considerar legal a aposentadoria de Tarcísio de Miranda Monte.	Sem prazo	21/10/08	Tomada ciência da decisão pelo Núcleo de Magistrados em 27/11/08.
Acórdão TCU nº 2203/2008 – Plenário (Ofício nº 2453/2008-TCU/Sefip)	TC 019.729/2003-6 (TRT nº 13522/2008)	Considerar ilegal a aposentadoria do Juiz José Marcos da Silveira Farias	Tão logo cumpra a decisão comunicar ao TCU	21/10/08	Cumprido e comunicado ao TCU através dos Ofícios SCI nºs. 15, de 19/11/08 e 01, de 09/01/09.
Acórdão TCU nº 5247/2008 – 2ª Câmara (Ofício nº 6731-TCU-Sefip)	TC 002.165/2008-5 (TRT nº 15099/2008)	Disponibilizar no SISAC a vaga do cargo de Técnico Judiciário de Lindinaldo Silva Marinho	30 dias	02/12/08	Cumprido em 13/01/09, através do SISAC, pela SAPPE.
Acórdão TCU nº 5679/2008 – 2ª Câmara (Ofício nº 1405/2008-TCU/SECEX-PB)	TC 007.201/2007-8	Tornar insubsistente o Acórdão nº 1879/2008-2ª Câmara, que trata da representação da PRT em relação à classificação do concurso público deste Regional.	Sem prazo	30/12/08	Anexado ao Proc. TRT nº 09071/2008

11 - INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO.

Foram efetivamente encaminhados ao TCU, no exercício 2008, através do Sistema de Apreciação de atos de Admissão e Concessões via Internet - *SISAC* Net, 66

atos de admissão, 06 atos de desligamento, 03 atos de concessão de aposentadoria e 02 atos de concessão de pensão civil.

12 - DEMONSTRATIVO RELACIONANDO ÀS DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS E AS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS

No tocante ao demonstrativo relacionando as dispensas de Tomadas de Contas Especiais, bem como as que foram dispensadas de envio ao TCU, ino exercício 2008 não houve qualquer ocorrência neste sentido nesta Corte.

13 -OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

Força de trabalho

Situação em 31/12/2008

SERVIDORES			Carreira			Área de Lotação			Sexo	
						Administrativa	Judiciária		Homens	Mulheres
			Analista Judiciário	Técnico Judiciário	Auxiliar Judiciário		Gabinete de Juiz	Outras Unidades		
QUADRO PERMANENTE	EM EXERCÍCIO NO TRT		139	388	2	321	115	93	273	256
	EM EXERCÍCIO NAS VARAS DO TRABALHO		99	300	6		29	376	245	160
	AFASTADOS/LICENCIADOS		1	4	-				1	4
	CEDIDOS PARA OUTROS ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (1)		3	6	1				2	8
	CEDIDOS PARA OUTROS ÓRGÃOS AFORA A JUSTIÇA DO TRABALHO (1)		2	12	-				8	6
	REMOVIDOS PARA OUTROS ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO		03	21	-				09	15
	CARGOS VAGOS		24	75	33					
	TOTAL		271	806	42	321	144	469	538	449
CARGOS EM COMISSÃO		EM EXERCÍCIO NO TRT				3	4	1	6	2
		EM EXERCÍCIO NAS VTs				-	-	1	1	-
REQUISITADOS (1) E REMOVIDOS DE OUTROS ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	DE ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	EM EXERCÍCIO NO TRT				4	2	2	1	7
		EM EXERCÍCIO NAS VARAS DO TRABALHO					-	9	3	6
	DE ÓRGÃOS AFORA A JUSTIÇA DO TRABALHO	EM EXERCÍCIO NO TRT				15	3	2	9	11
		EM EXERCÍCIO NAS VARAS DO TRABALHO					-	30	17	13
	REMOVIDOS DE OUTROS ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	EM EXERCÍCIO NO TRT	4	4	-	3	3	2	3	5
		EM EXERCÍCIO NAS VARAS DO TRABALHO	7	13	-	-	-	20	11	9
	TOTAL					22	8	65	44	51
OUTROS	ESTAGIÁRIOS					22			12	10
	TERCEIRIZADOS					78			38	40
	MÃO-DE-OBRA CONTRATADA TEMPORARIAMENTE					-			-	-
	TOTAL					100			51	49
INATIVOS			68						24	44
PENSIONISTAS (2)			73						26	47

(1) Cedidos e requisitados incluem, também, as situações de acompanhamento de cônjuge;

(2) Quantidade de servidores instituidores da pensão

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório teve o objetivo de expor, de forma sintética, as principais realizações, judiciárias e administrativas do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, durante o ano de 2008.

Com ênfase na atividade judiciaria, este relatório demonstrou uma significativa atuação da Justiça Trabalhista no estado da Paraíba, com a obtenção de significativos resultados na solução das lides postas à sua apreciação, concluindo que, embora não tenha havido um significativo aumento no numero de ações, todos as forças foram canalizadas de forma a viabilizar uma expressiva solução de processos, primando pela excelência na atuação das Unidades Judicantes e do Colegiado, proporcionando a efetividade e celeridade da prestação jurisdicional, observado a razoável duração do processo.

Os números estatísticos apresentados, colocam o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região em posição de destaque no cenário nacional, imprimindo a convicção de que a missão institucional vem sendo desenvolvida de modo condizente com a responsabilidade social.

Enfatiza os enormes avanços verificados no processo de informatização, cujo ápice se deu com a implantação da primeira Vara do Trabalho totalmente eletrônica em todo o país, resgatando, desta forma, o caráter vanguardista do qual desfruta há muito este Regional na Justiça do Trabalho. Fato, que, além da satisfação e do orgulho, destacou a 13ª Região em todo o território nacional, com ampla divulgação em todos os meios de comunicação e jurídicos.

Destaca, ainda, o relatório, de forma clara, todas as ações administrativas desenvolvidas no transcorrer do exercício financeiro em relato.

Apesar das restrições orçamentárias verificadas no lapso temporal, está demonstrado que o TRT da 13ª Região, envidou todos os esforços visando a consecução da maximização das dotações disponibilizadas na Lei Orçamentária Anual, de forma que pode-se afirmar, com a plena convicção, que as atividades administrativas foram tratadas com todo o respeito, zelo e consideração que a coisa pública reclama.

Trilhando na esteira da legalidade, foram implementadas ações visando a modernização das Unidades Administrativas e Judiciárias, com o propósito único de

colocar à disposição dos magistrados, servidores e jurisdicionados, instalações modernas e equipamentos de última geração, na busca incessante de uma prestação de serviço público com qualidade e eficiência.

Dessarte, ante os dados relatados e os resultados obtidos, de forma geral, conclui-se que o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, a despeito das dificuldades encontradas, conseguiu, no ano de 2008, cumprir com a sua missão, distribuindo justiça com ética, eficiência e celeridade, interagindo com a sociedade na busca constante da cidadania e da paz social.

João Pessoa, 28 de abril de 2009.

EDVALDO DE ANDRADE
Juiz Presidente

ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA
Diretor Geral da Secretaria